

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O POTENCIAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DO
MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM NA CADEIA
PRODUTIVA DO PESCADO E SUA IMPORTÂNCIA
NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO

ELTTON RICARDO DE LIMA CARNEIRO

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O POTENCIAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE
TABATINGA-AM NA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO E SUA
IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO**

ELTTON RICARDO DE LIMA CARNEIRO

Sob a orientação da Professora
Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Gregório

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
2016**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rp RICARDO DE LIMA CARNEIRO, ELTTON, 1983-
O POTENCIAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DO MUNICÍPIO
DE TABATINGA-AM NA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO E SUA
IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO /
ELTTON RICARDO DE LIMA CARNEIRO. - 2016.
74 f.

Orientador: Sandra Regina Gregório.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2016.

1. Administração. 2. Capacitação Técnica. 3.
Desenvolvimento Regional. I. Regina Gregório, Sandra ,
1960-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ELTTON RICARDO DE LIMA CARNEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/06/2016.

Sandra Regina Gregório, Profa.Dra. UFRRJ

Fabiano Waldez Silva Guimarães, Prof.Dr. IFAM

João Batista Rodrigues de Abreu, Prof. Dr. UFRRJ

DEDICATORIA

Aos meus pais (*in memoriam*) por todos os princípios e valores que me passaram.

Meu muito obrigado pai e mãe.

Sempre presente...

Aos meus filhos...

Pois o mundo que deixaremos para nossos filhos dependerá dos filhos que deixarmos para o mundo

A minha família, porto seguro e de inspiração para continuar a acreditar na humanidade e nos valores familiares...

Ao conhecimento, pois nunca se sabe tanto que não possa aprender algo de novo, e nunca se sabe tão pouco que não possa ensinar algo de novo a alguém.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** por seu amor incondicional, mesmo sem merecer e fraquejando por muitas vezes, Ele sempre incentivou a continuar, além da motivação diária, foco, força, dedicação, saúde, bem-estar, disciplina, criatividade, determinação, sabedoria e paz de espírito que proporcionou para que eu pudesse desenvolver os trabalhos.

À minha família por sempre acreditar e incentivar. Amo vocês.

À Professora Sandra Gregório pelos ensinamentos e exemplo de profissionalismo.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

CARNEIRO, Eltton Ricardo de Lima. **O potencial da área de livre comércio do município de Tabatinga-AM na cadeia produtiva do pescado e sua importância na formação técnica em administração.** 2016. 74f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

Esta pesquisa abordou a legislação existente em torno da Área de Livre Comércio do município de Tabatinga - (ALCT) que está localizado no extremo oeste do Estado do Amazonas, área de tríplex fronteira Brasil, Colômbia e Peru, investigando sua importância na formação Técnica do aluno em Administração considerando a finalidade da ALCT de promover o desenvolvimento do extremo oeste do estado do Amazonas. O estudo delimitou a abordagem da legislação ao incentivo fiscal direcionado à pesca, a partir do entendimento da potencialidade do peixe na região devido ao grande volume comercializado e sua destinação ao mercado internacional, Letícia - Colômbia. Na crença de ser a educação o caminho para as mudanças positivas, principalmente no cenário regional do estudo, discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga foram convidados a participarem voluntariamente da pesquisa, através da metodologia de Oficina Pedagógica, colaborando com o processo de ensino-aprendizagem. Foram aplicadas técnicas de coletas de dados de observação, questionários e entrevistas. Resultados da escala psicométrica (Likert) apontam aprendizagem satisfatória dos participantes, alunos que não conheciam ou tinham pouco conhecimento do tema abordado inicialmente apresentaram média geral de 3,79, entretanto após estudos passaram para média geral de 4,64 pontos. Os participantes indicam, na visão deles, a importância de se preparem para este segmento do mercado estudando a Área de Livre Comércio e assuntos correlatos, a fim de estarem aptos a explorarem os incentivos legais em benefício da região. Pescadores com anos de experiência em sua prática profissional foram entrevistados e demonstraram a insignificância que a Área de Livre Comércio de Tabatinga exerce em sua profissão, apesar da previsão legal de incentivo ao segmento, demonstrando claramente a necessidade de profissionais técnicos com conhecimentos específicos do assunto. Propomos que o estudo da Área de Livre Comércio no *Campus* Tabatinga representa real potencial para desenvolver futuros técnicos profissionais capacitados para explorarem os incentivos da legislação e as potencialidades locais, a fim de atingirem a finalidade de promover o desenvolvimento do extremo oeste do estado do Amazonas.

Palavras chave: Administração, Capacitação Técnica, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

CARNEIRO, Eltton Ricardo de Lima. **The potential of the free trade area of Tabatinga-AM municipality in the fish sector and its importance in technical training in administration.** 2016. 74 p. Dissertation (Master Science Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

This research addressed the existing legislation around the Free Trade Area of Tabatinga city of Commerce - (ALCT) which is located at the western end of the state of Amazonas, tri-border area of Brazil, Colombia and Peru, investigating its importance in the formation Technical student Administration considering the purpose of ALCT to promote the development of the western end of the state of Amazonas. The authors examine the approach to legislation to tax incentives directed to fishing, from the understanding of the fish potential in the region due to the large volume sold and their allocation to the international market, Leticia - Colombia. In the belief of being the education the way for positive changes, especially in the regional study scenario, students of the Federal Institute of Education, Science and Amazon Technology - IFAM *Campus* Tabatinga were invited to voluntarily participate in the study, through the Pedagogical Workshop methodology collaborating with the teaching-learning process. observation techniques of data collection, questionnaires and interviews were applied. Results of psychometric scale (Likert) indicate satisfactory learning of the participants, students who did not know or had not discussed topic of knowledge initially showed overall average of 3.79, however after studies began to overall average of 4.64 points. Participants indicate, in their view, the importance of prepare for this market segment studying the Free Trade Area and related matters, in order to be able to exploit legal incentives for the benefit of the region. Fishermen with years of experience in their professional practice were interviewed and demonstrated the meaninglessness that the Free Trade Area of Tabatinga Trade carries in his profession, despite the legal provision to encourage the segment, clearly demonstrating the need for technical professionals with specific knowledge of the subject. We propose that the study of the Free Trade Area of the *Campus* Tabatinga is real potential to develop professional future technicians able to exploit incentives legislation and local potential in order to achieve the purpose of promoting the development of the western end of the state of Amazonas.

Keywords: Management, Technical Training, Regional Development.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCT - Área de Livre Comércio de Tabatinga.

CSN - Conselho de Segurança Nacional.

GTIIF - Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

ISAE - Instituto Superior de Administração e Economia.

PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.

ZFM - Zona Franca de Manaus.

BASA - Banco da Amazônia.

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

DL - Decreto-Lei.

II - Imposto de Importação.

IPI - Imposto sobre Produto Industrializado.

SEPLAN-CTI - Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

ADM – Administração.

TBT – Tabatinga.

INCODER - Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural.

SINCHI - Instituto Amazônico de Investigações Científicas.

COGEC - Coordenação de Estudos Econômicos e Empresariais.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01. Faixa de Fronteira destacada pela linha azul contínua de Norte a Sul do Brasil	4
Figura 02. Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira.	6
Figura 03. Abrangência do Modelo ZFM – Amazônia Ocidental	8
Figura 04. Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.	17
Figura 05. Cerimônia de Inauguração do <i>Campus</i> Tabatinga – 2011. Esquerda para direita (Reitor João Dias e Prefeito de Tabatinga Saul Bermeguy).	18
Figura 06. Número de inscritos manualmente por curso para o <i>Campus</i> Tabatinga - 2011 ...	19
Figura 07. Matriz curricular do Curso Técnico em Administração do <i>Campus</i> Tabatinga-2013	20
Figura 08. Modelo de escala desenvolvido por Likert (1932).	27
Figura 09. Caracterização dos Alunos que participaram da Oficina Pedagógica.	31
Figura 10. Avaliação do desempenho dos sujeitos nas avaliações AI e AF e grande média ..	34
Figura 11. Nível de aprendizagem em % dos sujeitos. (AI em relação à AF)	35
Figura 12- Exemplo de afirmativa e escala de concordância apresentada nas avaliações	37
Figura 13. Média das afirmativas em AI, AF, entre AI e AF e a grande média.	40
Figura 14. Imagens da aplicação do questionário usando escala de Likert aos participantes da Oficina Pedagógica sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT.	42
Figura 15. Imagens da exposição dos conteúdos sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT aos participantes da Oficina Pedagógica. Processo de socialização do conhecimento.	44
Figura 16. Imagens demonstram a sintetização do conteúdo e construção do material informativo sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT pelos participantes da Oficina Pedagógica.	46
Figura 17. Discentes da Oficina Pedagógica interagem com os pescadores abordando o potencial da ALCT para as atividades de pesca.	50
Figura 18. Material apresentado aos pescadores por meio de projeção	52
Figura 19. Reunião informal no <i>hall</i> do IFAM <i>Campus</i> Tabatinga para o <i>feedback</i> dos alunos	54
Figura 20. Tabulação das respostas à pergunta: Relevância de estudar ALCT no Curso de Administração do <i>Campus</i> Tabatinga	55
Figura 21. Tabulação das respostas da auto avaliação da Oficina Pedagógica	56
Figura 22. Alunos entrevistando os pescadores e fazendo registros de áudio e vídeo.	57
Figura 23. Caracterização dos pescadores entrevistados pelos alunos.	58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Exemplificação do calculo do Incentivo Fiscal do II com isenção para as Áreas de Livre Comércio.....	12
Tabela 2. Exemplificação do calculo do Incentivo Fiscal do IPI vinculado à Importação nas Áreas de Livre Comércio (ALCs)	12
Tabela 3. Indicadores socioeconômicos do município de Tabatinga	14
Tabela 04. Cursos Técnicos demandados para o IFAM Tabatinga em audiência pública no ano de 2007.....	18
Tabela 5. Movimentação anual (toneladas) de pescado amazônico, por espécie, a partir de Letícia até o interior do País (Bogotá) e média histórica.	22
Tabela 6. Valores médios atribuídos para cada avaliação por cada sujeito no processo	32
Tabela 7. Valores médios atribuídos para cada afirmativa nas Avaliações Inicial e Final	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1	Faixa de Fronteira do Brasil.....	4
2.1.1	O Arco Norte	6
2.1.1.1	A Sub-região IV Alto Solimões.	7
2.2	Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT	7
2.2.1	Histórico e Características da ALCT	7
2.2.2	Legislação regulatória da ALCT.....	9
2.2.3	Finalidade e delimitação da ALCT	9
2.2.4	Benefícios tributários da ALCT.....	10
2.3	Desenvolvimento Regional.....	13
2.3.1	Desenvolvimento regional sob a ótica da ALCT	13
2.3.2	Indicadores socioeconômicos de Tabatinga.....	14
2.3.3	Caracterização do município de Tabatinga-AM.....	16
2.3.4	Instituto Federal do Amazonas – IFAM <i>Campus</i> Tabatinga.	17
2.3.5	Curso Técnico em Administração do <i>Campus</i> Tabatinga.....	19
2.4	Comercialização de Pescados da Mesorregião do Alto Solimões	21
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1	Pesquisa Bibliográfica	23
3.2	Abordagem Metodológica	24
3.3	Participantes da Pesquisa	25
3.4	Metodologia	26
3.5	Oficina Pedagógica	28
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	30
4.1	Discussões Preliminares e Identificação dos Sujeitos	30
4.2	O Processo de Socialização do Conhecimento.	31
4.3	Os Resultados e Narrativa da Oficina Pedagógica em Imagens	41
4.4	Análises das Entrevistas e Discussão dos Resultados	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6	REFERÊNCIAS	64
7	ANEXO	68
	Anexo I: Termo De Consentimento	69
	Anexo II: Termo De Assentimento.....	70
	Anexo III: Questionário.....	71
	Anexo IV: Questionário De Autoavaliação	74

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Amazonas possui uma grande área de extensão territorial, a mais extensa do Brasil (1.570.745,680 km²), constitui a nona maior subdivisão mundial, sendo maior que as áreas da França (547.030,0 km²), Espanha (504.782 km²), Suécia (357.021 km²) e Grécia (131.940 km²) somadas. É maior que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove Estados e equivale a 2,25 vezes a área do Texas (696.200,0 km²), segundo maior Estado Americano, IBGE (2015).

Observando os dados acima apresentados facilmente percebemos que o Estado do Amazonas se destaca em área territorial quando comparado a uma região da Federação brasileira, assim como a países europeus e a um Estado americano. Este destacamento atrai a atenção de cidadãos, instituições e governantes para desenvolverem ações diferenciadas naquela região, com o intuito de assegurar o território deste Estado brasileiro, Ministério da Integração (2015).

Ainda enfatizando o território, é importante atentar para as dimensões continentais do Brasil com seus 8.547.403 km², IBGE (2015), pois esta grandiosa faixa territorial oportuniza uma característica bastante singular para o país, a Faixa de Fronteira.

Atualmente a base territorial das ações do Governo Federal para a faixa de fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes arcos, definidos a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR do Ministério da Integração. O primeiro deles é o Arco Norte, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre; o segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o terceiro é o Arco Sul, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (INTEGRAÇÃO, 2005).

Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Social à época do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cita em um trabalho de proposta de reestruturação do programa faixa de fronteira, que a ênfase na ideia da fronteira como peça fundamental da defesa nacional e da imposição de barreiras às ameaças externas, implica a imposição de limites nas relações com países vizinhos, e enfatiza, após análise criteriosa, que as ameaças ao Estado residem, dentre outras, na miséria, no crime organizado e na falta de integração com aqueles países (INTEGRAÇÃO, 2005).

Buscando a intervenção que permita superar a visão da fronteira como “espaço-problema” em favor de uma concepção que privilegia a região como um espaço pleno de oportunidades de desenvolvimento, de união com os vizinhos e de valorização da cidadania, é que o Estado, dispondo desta grandiosa área territorial, adota diversas medidas políticas, sociais, legais, econômicas dentre outras à faixa de fronteira e conseqüentemente aos fronteiriços.

Uma das ações políticas praticadas pelo governo, dentre várias existentes foi criar Áreas de Livre Comércio.

Uma das finalidades da Área de Livre Comércio, Brasil (1989), é promover o desenvolvimento de uma região com a importação e exportação de produtos com um regime fiscal especial. O Poder Executivo demarca a área que caracteriza o livre comércio a fim de condicionar o regime fiscal especial a uma determinada região, e somado a esta medida são especificados os tipos de produtos que terão redução ou até mesmo suspensão dos impostos

de importação (II) e sobre produtos industrializados (IPI), são exemplos deste tratamento diferenciado:

- Produtos destinados ao consumo interno;
- Ao beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;
- À agropecuária e à piscicultura.

Estes e outros são alguns dos produtos que recebem incentivos fiscais e tornam as Áreas de Livre Comércio atraente e oportuno para investidores.

Outra característica da Área de Livre Comércio é a vigilância da Secretaria da Receita Federal no que compete à repressão ao descaminho e contrabando de mercadoria sem prejuízo da competência da Polícia Federal, Brasil (1989).

Atentando para a localização fronteiriça do Município de Tabatinga, o Governo Federal em 22 de dezembro de 1989, sanciona a Lei 7.965 e cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga - ALCT, no Estado do Amazonas.

Como educador durante quatro anos do Curso Técnico em Administração no Instituto Federal do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga e de posse desse conhecimento é que nos propomos a pesquisar e mostrar que a ALCT pode vir a trazer benefícios aos empresários, aos municípios e ao próprio Governo local, demonstrando as vantagens e benefícios desta Área aos alunos do curso, instruindo-os e conseqüentemente capacitando-os, a fim de se tornarem futuros profissionais conhecedores de uma oportunidade para o desenvolvimento da região.

Com base neste contexto abordado, questiona-se a seguinte problemática: A Área de Livre Comércio de Tabatinga, criada a mais de vinte e seis anos, alcançou sua finalidade, que é a promoção do desenvolvimento da região de fronteira do extremo Oeste do Estado do Amazonas?

Muitas podem ser as respostas para este questionamento, dependendo da perspectiva e holística de cada pesquisador, tamanha é a variedade de temáticas que podem ser abordadas. Deste modo, é importante delimitar o tema a uma das caracterizações que recebem regime fiscal especial, o pescado. Considerando sua vasta oferta e importância econômica para a região.

O Peixe é um dos recursos naturais mais abundantes e consumidos na região amazônica. Estudo do SEBRAE-AM registra para o Amazonas um consumo de 60 kg de peixe por pessoa/ano. O número estimado de espécies biológicas gira em torno de 2.500, o que representa, aproximadamente, 8% dos peixes de todo o mundo, 30% dos peixes de água doce e 75% dos peixes de água doce do Brasil (COHEN, 1970; GEISLER ET ALI, 1975 apud SUFRAMA, 2003, p. 2).

O Estudo de Viabilidade Econômica de Piscicultura da Fundação Getúlio Vargas-ISAE, em parceria com a SUFRAMA realizado em julho de 2003, demonstrou que um negócio de criação de tambaqui, em sistema de produção intensiva, em uma área total inundada de 40.000 m², com produtividade média de 11.733,4kg de peixe/ha/ano e duração do ciclo de 12 meses, atinge lucro líquido médio no Amazonas (Receita total média - Custo total médio) de R\$ 43.663,96 e margem de lucro média de 30,01%, portanto consideravelmente viável e lucrativo (FGV-ISAE; SUFRAMA, 2003, p. 3).

Segundo Nakauth (2015, p. 55), Na Mesorregião do Alto Solimões, os municípios Tabatinga e Benjamin Constant se destacam na produção piscícola, apresentando, juntos, a segunda maior área alagada e contingente de piscicultores do Estado, depois da região metropolitana de Manaus. A ausência de dados para acompanhamento produtivo representa um fator negativo para o fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura na região, pois se desconhece o montante de insumos demandados para o desenvolvimento da atividade, bem como o volume de produtos com potencial para beneficiamento ou industrialização.

O presente trabalho não tem por objetivo estudar a piscicultura da região, além disso, os dados apresentados apenas enfatizam a importância do peixe no cenário macro e o quanto pode vir a ser lucrativo quando trabalhado com profissionalismo. Deste modo, o que procuramos na verdade é contribuir para o aprimoramento dos arranjos produtivos locais, discutindo a realidade da Área de Livre Comércio existente no Município de Tabatinga com enfoque na cadeia produtiva do pescado e, de igual modo para a formação multifuncional do aluno do curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Tabatinga, despertando senso analítico, crítico, de pesquisador e empreendedor. Oportunizando ao mesmo, conhecimento diferenciado e específico para que, quando inserido no mercado de trabalho, oportunize a promoção do desenvolvimento do extremo oeste da região do Estado do Amazonas.

Em síntese, buscamos como **objetivo geral**:

- ✓ Contribuir para o aprimoramento dos arranjos produtivos locais, discutindo a realidade da Área de Livre Comércio existente no Município de Tabatinga com enfoque na cadeia produtiva do pescado, desenvolvendo no aluno do curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Tabatinga, o senso analítico, crítico, de pesquisador e empreendedor.

Nesta perspectiva, estabelecemos como **objetivos específicos**:

- ✓ Caracterizar a Faixa de Fronteira do Brasil evidenciando a importância governamental dada a essa região e suas características marginalizadas;
- ✓ Contextualizar histórica e cronologicamente as Políticas Públicas que originaram a Área de Livre Comércio de Tabatinga no contexto do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;
- ✓ Discutir a realidade da Área de Livre Comércio do Município de Tabatinga na visão dos profissionais liberais do segmento de pesca, envolvendo os discentes do curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga.
- ✓ Avaliar o desempenho de aprendizagem e envolver os discentes sensibilizando-os com as oportunidades e desafios encontrados na região para o atingimento da finalidade da ALCT.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica apresentado neste trabalho de pesquisa apresentará abordagens diversificadas, porém com relações complementares para o entendimento do todo que se busca elucidar, auxiliando na compreensão e alcance dos objetivos propostos.

Com base nessa elucidação fizemos um recorte delimitando o estudo a partir da explicação da (I) faixa de fronteira do Brasil, suas características e importância para as políticas públicas diversificadas na tentativa de diminuir as diferenças econômicas e sociais com o restante do país, em seguida (II) apresentamos a Área de Livre Comércio de Tabatinga - ALCT historicamente com características, legislação, finalidade e benefícios. Atentando para a finalidade da ALCT abordamos (III) desenvolvimento regional sob a ótica da Área e caracterizamos o município de Tabatinga, o IFAM *Campus* Tabatinga e o Curso de Administração entendendo ser pela educação o caminho de mudança positiva para a região, e finalmente explicitamos o potencial comercial existente na região de estudo, a pesca.

2.1 Faixa de Fronteira do Brasil



Figura 01. Faixa de Fronteira destacada pela linha azul contínua de Norte a Sul do Brasil
Fonte: INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário

A Lei Nº 6.634/79 e o Decreto Nº 85.064/80 que dispõe sobre a Faixa de Fronteira explica que esta compreende uma faixa interna de 150 km de largura, paralela a linha divisória terrestre do território nacional, considerada área indispensável à Segurança Nacional. (BRASIL, 1979). Sob o governo de Dom Pedro II a largura estabelecida para a faixa de fronteira foi de dez léguas ou 66 quilômetros. Desde então, a extensão da faixa de fronteira foi sendo alterada por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946), primeiramente para 100 quilômetros e nos anos trinta para 150, permanecendo até hoje. A Constituição de 1988 avalizou essa disposição, que manteve o ideal focado na segurança territorial (INTEGRAÇÃO, 2010, p. 17).

A Faixa de Fronteira, a qual corresponde aproximadamente a 27% do território nacional com, 15.719 km de extensão, abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso,

Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) e é limdeira a 10 países da América do Sul (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) de acordo com os dados do GTIIF - Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTIIF, 2010). Dados do IBGE demonstram três regiões do Brasil. Norte, Sul e Centro Oeste e 570 unidades da federação (municípios) localizadas na faixa de fronteira (INTEGRAÇÃO, 2015, p. 17).

A preocupação com a segurança nacional, de onde provem a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico, nem da cidadania fronteiriça, fato este comprovado após uma avaliação negativa do Programa Faixa de Fronteira do Governo Federal (1999-2002), por meio da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2003-2007) onde concluíram que os recursos destinados ao Programa foram dispersos, sem diretrizes claras e sem consideração das diferenças sub-regionais da Faixa, motivo pelo qual se elaborou uma proposta de reestruturação do mesmo (INTEGRAÇÃO, 2009, p 14).

A proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, do Ministério da Integração estabeleceu para a faixa de fronteira, três grandes arcos que auxiliarão as ações de planejamento do Governo Federal, Integração (2009). O primeiro é o Arco Norte, que compreende a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre; o segundo é o Arco Central composto pela faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o terceiro, Arco Sul que abrange a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (figura 02).

Quanto à posição geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira existem Lindeiros e não-lindeiros. O primeiro (lindeiros) possui três subdivisões: 1ª o território, bem como sua sede, podendo ser ou não uma cidade-gêmea, faz limite com o país vizinho; 2ª o território faz limite com o país vizinho, mas a sede fica fora do limite internacional; e 3ª o território faz limite com o país vizinho, mas sua sede fica fora da faixa de fronteira. Os não-lindeiros, ou seja, situados à retaguarda da faixa são subdivididos em aqueles que têm sede na faixa e aqueles com sede fora da faixa de fronteira.

Esta caracterização justifica sua relevância ao percebermos, apreciando o Decreto nº 85.064/80 que regulamenta a Lei nº 6.634/79 que dispõem sobre a Faixa de Fronteira, o tratamento recebido por esses municípios ao se depararem com situações como: autorizar loteamentos rurais; transações com imóveis rurais, envolvendo estrangeiros; participação de estrangeiros em pessoa jurídica brasileira dentre outras questões, pois o particular fato de estar em uma posição geográfica considerada faixa de fronteira estabelece procedimentos que necessitam de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional – CSN (BRASIL 1979; DL 1980).

A baixa densidade demográfica, a “vocação atlântica” do país, o grande distanciamento dos centros decisórios, dificuldades de acesso (isolamento), precariedade nas comunica es, escassez de serviços básicos como educa o e saúde, dentre outras são características negativas da faixa de fronteira, que trazem como consequências a marginaliza o dos povos fronteiriços, bem como, uma atrativa região para práticas criminosas diversas. Estas foram constata es descritas no estudo ‘A reestrutura o do programa faixa de fronteira: uma estratégia de desenvolvimento e cidadania’. Contudo, ficou evidente, após criteriosa análise pelo mesmo estudo supracitado, que as ameaças ao Estado residem na verdade, no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da popula o ao não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integra o com os países vizinhos. Ou seja, a preocupa o inicial da

Faixa de Fronteira ser estabelecida tão somente como Área indispensável à Segurança Nacional, há muito vem sendo mostrada ultrapassada e passiva de reestruturações (STEIMAN, 2002, p.12).



Figura 02. Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira.

Fonte: Grupo Retis de Pesquisa – IGEO/UFRJ.

2.1.10 Arco Norte

O Arco Norte é caracterizado pelo Ministério da Integração Nacional, com base na Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – 2005, como sendo um “Arco Indígena”, tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como da identidade territorial (importância étnico-cultural indígena mesmo fora das áreas de reserva), apesar de identificar fluxos migratórios procedentes de outra região do país, principalmente nordestina. Ressalta que o tamanho desmesurado dos municípios amazônicos não só é um indicador de baixa densidade demográfica como é responsável pela maior largura da Faixa de Fronteira brasileira no Arco Norte, o que dificultou sobremaneira o reconhecimento de diferenças internas da base econômica. E Alerta para a atenção nacional atraída ao Arco Norte devido aos conflitos envolvendo terras indígenas, tráfico internacional de cocaína e movimentos guerrilheiros atuantes em países limítrofes, principalmente na Colômbia (INTEGRAÇÃO, 2010, p. 18).

O Arco Norte é dividido em 06 (seis) sub-regiões, a saber: I Oiapoque-Tumucumaque; II Campos do Rio Branco; III Parima-Alto Rio Negro; IV Alto Solimões; V Alto Juruá; e VI Vale do Acre-Alto Purus. Devido às características do estudo, iremos focar na sub-região IV.

2.1.1.1. A Sub-região IV Alto Solimões.

A Sub-região IV do Alto Solimões é caracterizada, de acordo com o estudo de caso realizado na Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional, como uma localidade estratégica no Estado do Amazonas onde se encontra a principal porta de entrada da parte ocidental da Bacia Amazônica, constituindo-se num dos principais corredores de integração sul-americano, Rio *Marañon*-Solimões-Amazonas. Também se destaca como a região mais preservada da floresta amazônica, onde está localizada uma das maiores comunidades indígenas do país, Ticunas e com forte presença da Igreja Católica representada pela Diocese do Alto Solimões (INTEGRAÇÃO 2005, p. 198).

Ainda de acordo com o estudo, A sub-região IV do Alto Solimões foi delimitada respeitando a delimitação da Mesorregião do Alto Solimões, que possui área total de 214.217,80 km² (correspondente à área do Estado do Ceará) abrangendo os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa, este último não faz parte dos municípios da faixa de fronteira, mas é incluído na Mesorregião (INTEGRAÇÃO 2005, p. 198).

Outras constatações do estudo foram carência de infraestrutura de transportes, predominantemente, ou exclusivamente fluvial, dificultando aos residentes daquela região acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento e comunicação; carência de serviços básicos como água potável devido à ocupação esparsa da região; elevados índices de analfabetismo; baixa formação de mão-de-obra local, tornando-se um importante entrave e impedindo a formação de profissionais capacitados para tomarem para si os desafios do desenvolvimento. Desse modo, a região fica dependente de recursos humanos externos para a implementação de projetos econômicos que demandem uma formação mais especializada (INTEGRAÇÃO 2005, p. 202).

2.2 Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT

2.2.1 Histórico e Características da ALCT

As Áreas de Livre Comércio - ALCs são regiões de incentivo tributário que surgiram a partir do aprimoramento de políticas de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Ao se falar sobre Áreas de livre Comércio é inevitável abordar a Zona Franca de Manaus (ZFM), dada sua importância referencial e de modelo para às ALCs (SUFRAMA 2014).

A ZFM foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre. Contudo, os incentivos estabelecidos na lei eram insuficientes. Conforme destaca Garcia (2004 apud MONTEIRO, 2009, p. 24), os investimentos de capital privado na Amazônia Legal, no período de 1964 a 1966 priorizava o Leste da região, com 71,9% no Pará e apenas 4,6% no Amazonas. Com o intuito de reverter o quadro de estagnação e promover o desenvolvimento da região, o Governo Federal instituiu medidas denominadas “Operação Amazônia” que iniciou com a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 e Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, onde a primeira estimulava a imigração e políticas de incentivos ao capital privado aos polos de desenvolvimentos e grupos de população estáveis, ao passo que a segunda, tinha caráter de medidas reformistas, resultando na criação do Banco da Amazônia S.A (BASA) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), à qual estaria atribuída a concessão de incentivos

fiscais e financeiros em favor da Região Amazônica. Mahar (1978 apud MONTEIRO, 2009, p 17).

Dez anos depois da criação da Lei, o Governo Federal, com a necessidade de dinamizar a política da Operação Amazônia e fortalecer o oeste da região estabeleceu incentivos tributários, de natureza fiscal, às empresas privadas que se estabelecessem nos Estados e Territórios da Amazônia Ocidental, surge então o Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia Mahar (1978 apud MONTEIRO, 2009, p 18). Foi instituído assim, o atual modelo de desenvolvimento que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locacionais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada (DL nº 288, 1967).

Os incentivos estabelecidos no Decreto-Lei nº 288/67 passaram a serem estendidos às áreas pioneiras, zonas de fronteiras [grifo do autor] e outras localidades da Amazônia Ocidental conforme estabeleceu o Decreto-Lei nº 356, de 16 de agosto de 1968 em seu Art. 1º “ficam estendidos às áreas pioneiras, zona de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental favores fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus para utilização e consumo interno naquelas áreas” [grifo do autor].

A previsão de estender os incentivos previstos no Decreto-Lei supracitado oportunizou, ao seu tempo e com legislação específica, a criação de diversas Áreas de Livre Comércio baseado no modelo Zona Franca de Manaus. É possível observar no mapa abaixo as Áreas de abrangência do Modelo Zona Franca de Manaus. Tabatinga é uma delas.



Figura 03. Abrangência do Modelo ZFM – Amazônia Ocidental

Fonte: SUFRAMA

2.2.2 Legislação regulatória da ALCT

Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal à época, promulgou a **Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989**, criando a Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas [*grifo do autor*] E, acompanhando a tradição histórica de estender incentivos às zonas de fronteira, como foi possível observar no contexto histórico abordado anteriormente, explicita, no artigo 12º da referida Lei, que se aplicará à ALCT, no que couber, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus. Justificando, por fim, a observância da ZFM na atual legislação.

Aplica-se à ALCT no que couber, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, especialmente os Decretos-Leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, 356, de 15 de agosto de 1968, 1.435, de 16 de dezembro de 1975, 1.455, de 7 de abril de 1976, 2.433, de 19 de maio de 1988, e 2.434, de 19 de maio de 1988, com suas alterações posteriores e respectivas disposições regulamentares (Art. 12 Lei nº 7.965, 1989).

2.2.3 Finalidade e delimitação da ALCT

Quanto à finalidade e delimitação da área de livre comércio de Tabatinga é importante observar o que está disposto na Lei nº 7965/89 em seus artigos 1º, 2º e parágrafo único, como segue:

Art. 1º É criada, no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste daquele Estado.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda do Rio Solimões, uma área contínua com superfície de 20 km², envolvendo o perímetro urbano da Cidade de Tabatinga, onde se instalará a Área de Livre Comércio de Tabatinga - ALCT, que incluirá espaço próprio para o entrepostamento de produtos a serem nacionalizados ou reexportados.

Parágrafo único. Considera-se integrada à ALCT a faixa de superfície dos rios a ela adjacentes, nas proximidades de seus portos, observadas as disposições dos Tratados e Convenções Internacionais (Lei nº 7965, 1989).

Torna-se evidente, após a breve leitura do primeiro artigo da Lei em apreciação, que a finalidade da criação de uma área de livre comércio no município de Tabatinga, no extremo oeste do estado do Amazonas foi de promover desenvolvimento na região. Este modelo de desenvolvimento será abordado mais à frente neste trabalho, quando for tratado o assunto desenvolvimento regional. Entretanto vale salientar que a área de livre comércio tem características de regime fiscal especial de importação e exportação, fazendo clara e manifesta referência ao modelo Zona Franca de Manaus como estratégia de desenvolvimento, ou seja, há uma aparente vontade estratégica, por parte do governo federal, de replicar o modelo de desenvolvimento.

Já em seu artigo 2º e Parágrafo único, a Lei trás referências pontuais de demarcação territorial para identificar, em um espaço geográfico, o que é e onde está localizada a Área de Livre Comércio, inclusive atentando para a superfície dos rios. Esta preciosidade em demarcar um espaço justifica-se, dentre outras situações, como orientação às empresas que queiram se instalar na região, a fim de receberem os incentivos de regime fiscal especial, ao mesmo tempo em que, mais uma vez, faz referências ao modelo ZFM.

2.2.4 Benefícios tributários da ALCT

O benefício tributário pode ser entendido como o mérito da questão, a parte central da Lei e o regime fiscal especial ao qual se refere. Aqui vale uma importante ressalva. Este trabalho não tem o objetivo de examinar detalhadamente as normas jurídicas derivadas (Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Protocolos, etc.) que estruturam e operacionalizam a concessão, o controle e a fiscalização dos incentivos analisados, exceto no que seja de extrema necessidade para a clareza do texto. Antes, porém, vamos ao conceito de tributo para um melhor entendimento.

Por tributo, entende-se toda prestação pecuniária¹ compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, Código Tributário Nacional (1966).

A título de curiosidade, no ano de 2016 existem no Brasil 92 (noventa e dois) tributos, entre impostos, contribuições, taxas e contribuições de melhorias, Portal Tributário (2016).

Ao analisar a Lei da ALCT é possível identificar três formas de benefícios tributários, a saber:

1º Os benefícios tributários concedidos à ALCT na importação.

2º Os benefícios tributários concedidos a ALCT nas compras de mercadorias do mercado nacional e:

3º Os benefícios tributários concedidos a ALCT nas vendas de mercadorias para mercado nacional.

Quando falamos em benefício tributário é compreensível que seja questionado como é esse benefício tributário e de que forma se apresenta. Então, para responder a este questionamento vamos recorrer ao *caput* do art. 3º da Lei da ALCT. “Art. 3º *A entrada de produtos estrangeiros na ALCT far-se-á com suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados (...)*” [grifo do autor].

Observe que a Lei fala em suspensão. Mas nesse momento vamos nos atentar para o que vem logo depois, ou seja, o que está sendo suspenso. São dois impostos, o primeiro de Importação (II) e o segundo de Produtos Industrializados (IPI). Um breve histórico desses impostos nos ajudará a entender melhor sua importância.

Imposto de Importação – II

A atual Constituição brasileira no seu Artigo 153, Inciso I, define como sendo de competência da União o Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros, sendo disciplinado através do Artigo 512, Parágrafos 2º, 4º e 5º do Decreto nº 6.759 de 05.02.2009, referente ao Regulamento Aduaneiro. Este tributo é também chamado de direito aduaneiro ou alfandegário. Trata-se de um dos impostos mais antigos no mundo, evoluindo de receita puramente fiscal para instrumento extrafiscal destinado à proteção da produção nacional e, mais tarde como vetor para o monitoramento do câmbio e do balanço de pagamentos. Desse modo, perdeu a sua importância como fonte de receita – a maior no tempo da monarquia brasileira – e, ganhou relevo como instrumento de política econômica e fiscal. Por isso mesmo, goza de regime especial. Não depende de decretação prévia antes do início do exercício e suas alíquotas são flexíveis, podendo o Poder Executivo fixá-las dentro do mínimo e do máximo estabelecidos em lei (SUFRAMA, 2013, p. 52).

¹ Relativo a dinheiro.

Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

Instituído pela Lei-Complementar nº 7, de 07 de setembro de 1970 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, e consolidado pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010. O IPI constitui-se em vantagem fiscal de grande importância para a ZFM, para a Amazônia Ocidental e para as ALCs, e isto se traduz através do primeiro lugar que ocupa no rol dos incentivos existentes. No Brasil, o IPI é o atual substituto do antigo Imposto de Consumo, que a exemplo das outras nações teve suas origens como tributo municipal e foi exercitado durante o Período Colonial e da Independência até a República. Gradativamente este tributo passou a ser da competência do Governo Central (SUFRAMA, 2013, p 53).

A Seguir abordaremos as três formas de benefícios tributários concedidos à ALCT, porém explicaremos com maior clareza a primeira forma, utilizando-se inclusive de tabelas para melhor visualizar, e os demais abordaremos de forma muito superficial, devido à similaridade no tratamento dado pela Legislação, resguardada às particularidades de cada caso. Lembrando mais uma vez que não temos a intenção de examinar detalhadamente as normas jurídicas que estruturam e operacionalizam a concessão, o controle e a fiscalização dos incentivos.

Os benefícios tributários concedidos à ALCT na importação.

Vamos à suspensão do imposto pela ótica do primeiro benefício tributário concedido. Na importação, o Imposto de Importação (II) e o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) serão suspensos e depois convertidos em isenção [*grifo do autor*] quando destinados (BRASIL, 1989):

Ao consumo e venda internos; beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal, agropecuária e piscicultura; estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do Território Nacional; atividades de construção e reparos navais; - industrialização de outros produtos em seu território, segundo projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, considerada a vocação local e a capacidade de produção já instalada na região e estocagem para reexportação. (p. único do art. 524 e 526 do DC nº 6.759, de 05.02.2009 e; Art. 106, 107 e 108 do Decreto nº 7.212, de 15.06.2010).

Assim, observamos que existem previsões legais para a suspensão e posterior isenção, conforme o caso. A Seguir apresentamos uma sistematização em tabela (tabela 1), adaptada, para que possamos entender e visualizar na prática como ocorre a operação.

Tabela 1. Exemplificação do cálculo do Incentivo Fiscal do II com isenção para as Áreas de Livre Comércio

Item	Discriminação	Unidade monetária
A	Valor FOB da mercadoria	US\$ 1.000,00
B	Valor do Frete	US\$ 300,00
C	Valor do Seguro	US\$ 400,00
D = (A+B+C)	Valor CIF mercadoria (constante da DI)	US\$ 1.700,00
E	Valor do Câmbio dia da emissão da DI – US\$: R\$	R\$ 3,60
F = (DxE)	Valor da base de cálculo do II	R\$ 6.120,00
G = (Fx20%)	Valor de II na alíquota de 20%	R\$ 1.224,00
H	Valor do II devido (SUSPENSO)	R\$ 1.224,00
I	Valor da Isenção do II (100%)	R\$ 1.224,00
J = (H – I)	Valor do II a pagar	R\$ 0,0
K = (H – J)	Valor do Incentivo Fiscal do II	R\$ 1.224,00

Legendas: FOB (*free on board* = livre a bordo). Preço da mercadoria no local de fabricação; CIF (*cost, insurance, and freight* = custo, seguro e frete); DI (declaração de importação).

Fonte: Marco Regulatório de Incentivos Fiscais. Adaptado por Eltton Carneiro.

De igual modo ocorre na estimativa do Incentivo Fiscal inerente ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, vinculado à importação, tem como base de cálculo os mesmos valores dos itens que integram o Imposto de Importação (valor CIF da mercadoria) acrescido do valor do próprio Imposto de Importação (Art. 190, do Decreto nº 7.212/2010 do Regulamento do IPI), como pode ser observado na tabela 2 a título de exemplificação.

Tabela 2. Exemplificação do cálculo do Incentivo Fiscal do IPI vinculado à Importação nas Áreas de Livre Comércio (ALCs)

Item	Discriminação	Unidade monetária
A	Valor FOB da mercadoria	US\$ 1.000,00
B	Valor do Frete	US\$ 300,00
C	Valor do Seguro	US\$ 400,00
D = (A+B+C)	Valor CIF mercadoria (constante da DI)	US\$ 1.700,00
E	Valor do Câmbio dia da emissão da DI – US\$: R\$	R\$ 3,60
F = (DxE)	Valor da base de cálculo do II	R\$ 6.120,00
G = (Fx20%)	Valor de II na alíquota de 20%	R\$ 1.224,00
H = (F+G)	Valor da base de cálculo do IPI devido	R\$ 7.344,00
I = (Hx10%)	Valor do IPI devido na alíquota de (10%) (SUSPENSO) – 1ª fase do Incentivo	R\$ 734,40
J	Valor da isenção do IPI (100% de isenção)	R\$ 734,40
K = (I – J)	Valor do IPI a pagar	R\$ 0,0
L = (I – K)	Valor do incentivo Fiscal do IPI na saída do produto – 2ª Fase do Incentivo	R\$ 734,40

Legendas: FOB (*free on board* = livre a bordo). Preço da mercadoria no local de fabricação; CIF (*cost, insurance, and freight* = custo, seguro e frete); DI (declaração de importação).

Fonte: Marco Regulatório de Incentivos Fiscais. Adaptado por Eltton Carneiro.

Os benefícios tributários concedidos a ALCT nas compras de mercadorias do mercado nacional

O segundo tipo de benefício tributário concedido à ALCT refere-se aos produtos nacionais ou nacionalizados que entrarem na ALCT. Estes estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando destinados às finalidades já mencionadas no item anterior Decreto nº 7.212 (2010).

Os benefícios tributários concedidos a ALCT nas vendas de mercadorias para mercado nacional.

Por fim, ficam isentos do imposto (IPI), os produtos industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, a comercialização em qualquer ponto de território nacional, cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral. A isenção se aplica a empresas industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela SUFRAMA (§§ 1º e 2º, do art. 105 da Lei nº 7.212, de 15 de junho de 2010).

Ressaltamos que existem outros benefícios tributários previstos na legislação e que podem incentivar segmentos existentes ou planejados para serem implantados na ALCT, contudo optamos por esta breve abordagem de alguns tributos e a forma que ocorrem os benefícios a fim de melhor explicar, de acordo com a delimitação do tema deste trabalho, como ocorrem.

2.3 Desenvolvimento Regional

Ao recorrermos a Lei da ALCT em seu Art. 1º encontramos: *“É criada, no município de Tabatinga, Estado do Amazonas, Área de Livre Comércio (...) estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região...”*. [grifo nosso]

Considerando a finalidade de desenvolvimento da região que a Lei explicita em seu artigo introdutório, fica evidente a necessidade da abordagem do conceito, na tentativa de expandir o leque de conhecimento entorno da estratégia de desenvolvimento utilizada pelo governo àquela região do Estado do Amazonas.

2.3.1 Desenvolvimento regional sob a ótica da ALCT

Muitos conceitos foram desenvolvidos ao longo dos anos de estudos econômicos para conceituar desenvolvimento regional, entretanto, buscando focar na proposta de desenvolvimento prevista na ALCT é que recorremos ao que diz Alfred Marshall (1982 apud BARBOSA, 2013, p. 20), quando analisava o elemento espaço na economia regional. Marshall concluiu que historicamente as atividades econômicas tendiam a se localizar em pontos específicos, e que as civilizações se desenvolvem com a produção para a exportação a centros consumidores mais distantes, gerando economias externas, atraindo outras atividades e instalações de indústrias de acordo com as vantagens locais.

Em análise entendemos que foi exatamente esta a visão de desenvolvimento que se pretendeu com a criação da ALCT no extremo oeste do estado do Amazonas, ou seja, a partir da delimitação de um espaço e com incentivos fiscais, desenvolver a produção das potencialidades regionais para exportação a outros centros consumidores. Mais adiante abordaremos uma das potencialidades daquela região, o peixe.

Diante dessas observações e atentando para o que diz (SOUZA, 1999, p. 5) é que conceituamos desenvolvimento regional como a análise dos fenômenos econômicos no interior da região e as inter-relações entre o conjunto de regiões de um mesmo país, bem como suas relações com o resto do mundo. Apresentamos a seguir alguns indicadores socioeconômicos do município de Tabatinga para posterior análise

2.3.2 Indicadores socioeconômicos de Tabatinga

De acordo com o Condensado de Informações Municipais do Estado do Amazonas – 2013, publicado em sua 11ª edição pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN à época, atualmente denominada Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação SEPLAN-CTI, é que apresentamos alguns indicadores socioeconômicos do município de Tabatinga. Tabulamos os dados e apresentamos na tabela 3 para dinamizar as informações (SEPLAN, 2013, p 27).

Tabela 3. Indicadores socioeconômicos do município de Tabatinga

POPULAÇÃO					
	1991	1996	2000	2007	2010
Urbana	19.822	23.504	26.637	30.998	36.355
Rural	8.101	8.505	11.292	14.295	15.917
Total	27.923	32.009	37.919	45.293	52.272
Densidade (Hab/km²)	8,66	9,93	11,76	14,04	16,21
IDH-M	0,333	...	0,47	...	0,616
Ranking Nacional	3.544	...	3.637	...	3.771

Fonte: IBGE/Censos e Contagem da População; PNUD/IDH

EDUCAÇÃO					
Área	Educação Básica 2013			Ensino Superior - UEA /2010	
	Alunos	Docentes	Escolas	Cursos	Alunos
Urbana	13.779	698	20	10	1.601
Rural	7.988	391	54		
Total	21.767	1.089	74		

Relação Aluno / Professor	19,99

Fonte: SEDUC / UEA. Nota: Inclui Rede Estadual, Municipal, Particular e Federal.

AGRICULTURA / EFETIVO DOS REBANHOS E PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – 2013				
Agricultura	Área Colhida (ha)	QTDE Produzida	Pecuária	Efetivo
Mandioca (t)	120	1.440	Bovinos	721
Banana (t)	20	270	Suínos	200
Abacaxi (t)	9	162	Bubalinos	46
Melancia (t)	20	400	Ovinos	30
Cacau (em amêndoas)	50	20	Caprinos	3
Arroz (em casca)	8	20	Aves	15.000
Coco da Baía (1)	3	12	Ovos de galinha (1000 dz)	30
Mamão (t)	2	50	Leite (1000 litros)	36

Feijão (em grão) (t)	20	16
Tomate (t)	-	-
Milho (t)	2	3

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

REPASSES MUNICIPAIS – 2013		
		R\$ 1,00
Transferências Federais	FPM	16.480.012
	FUNDEB	32.678.020
Transferências Estaduais	Repasso ICMS	11.094.096
	Repasso IPVA	163.453
	Repasso IPI	41.672
	Repasso ROYALTIES	268.465
Arrecadação	IPVA	291.974
	ICMS	4.056.187

Fonte: Sefaz; Tesouro Nacional.

PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO					
					R\$ 1.000,00
	2007	2008	2009	2010	2011
PIB A PREÇOS DE MERCADO	159.984	178.597	202.661	232.173	263.492
PIB por setor econômico					R\$ 1.000
Agropecuária	10.515	12.134	13.210	19.513	19.614
Indústria	17.200	19.644	22.316	30.506	32.548
Serviço	125.458	139.529	157.943	171.018	199.836
Impostos	7.570	7.291	9.192	11.136	11.430
Total	160.743	178.598	202.661	232.173	263.428
PIB PER CÁPITA (R\$ 1,00)	3.532	3.796	4.227	4.441	4.936
LINHA DE POBREZA (R\$ 1,00)	2,58	2,87	2,94	3,60	4,10

Fonte: IBGE; SEPLAN-AM / DEPI

Fonte: Condensado de Informações Municipais do Estado do Amazonas – 2013. Município de Tabatinga – AM. Adaptado por Eltton Carneiro (2016).

A tabela acima demonstra diversos dados relevantes, passíveis de análises e discussões. Interessante é fazermos uma abordagem que nos ajude a entender e direcionar o estudo em questão com o fator socioeconômico do município de Tabatinga. Primeiro destaque vai para a população rural do município, que representa mais de 40% dos habitantes, fato que oportuniza as práticas agropecuárias como propulsor econômico para os residentes locais, este olhar direcionado ao primeiro setor se dá pelo motivo de avaliar o potencial da cadeia produtiva do pescado na região, objeto de estudo.

Outro ponto, porém questionável é o fato da ausência de dados educacionais de nível técnico na região, fato irreal para o município de Tabatinga considerando a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, ambos ofertando diversos cursos técnicos. A

ausência desses dados na tabela supra apresentada demonstra falha ou ausência de comunicação entre as instituições que ofertam os cursos e as que coletam os dados, deixando importante segmento educacional desconhecido do público em geral que busca esta fonte de informação para conhecimento da oferta de educação no município. Mais à frente abordamos o IFAM e seu curso de Técnico em Administração, comprovando a existência de cursos técnicos na região.

Por fim, ao analisarmos os dados apresentados da produção de origem animal, agrícola e pecuária, não encontramos nada referente à criação, extração ou comercialização de pescado na região, fato considerado, partindo dos objetivos desta pesquisa, extremamente preocupante, pois o volume, a organização e a consolidação da cadeia produtiva de pescado na região mostram dados significativos, como apontados mais adiante.

2.3.3 Caracterização do município de Tabatinga-AM

Tabatinga surge como um pequeno povoado desenvolvido em torno do Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga, instalado em 1776, pelo major português Domingos Franco. Inicialmente suas intenções eram substituir o Forte de São José do Javari, por ser mais estratégica sua posição na confluência dos rios Javari e Solimões e reprimir o contrabando, assegurando, primordialmente, a posse do território, contudo sua função militar, mais simbólica do que efetiva, demonstrou ser parte de um plano maior dos portugueses de marcar presença e reforçar o princípio do *uti possidetis*¹ pela construção de uma linha de fortificações nos confins ocidentais da colônia do Brasil, Machado (1987 apud STEIMAN, 2002, p 60). O povoado de Tabatinga resistiu ao tempo, mesmo após duas destruições do forte, aparece no recenseamento de 1840 como povoado e em 1850 como freguesia. Em 1891 foi criada a comarca do Alto Solimões que teve como sede o município de São Paulo de Olivença, Tabatinga é integrada à comarca. Em 1938, passa a ser zona distrital do recém-criado município de Benjamin Constant. Em 1967, devido sua importância estratégica é transformada em colônia militar. E finalmente em 1983, através da Emenda Constitucional do Estado do Amazonas atinge sua autonomia municipal com efetiva instalação (STEIMAN, 2002, p. 61).

O município de Tabatinga está localizado no extremo Oeste do Estado do Amazonas, à margem esquerda do Rio Solimões, fronteira com Colômbia e Peru. Está a 1.105 km em linha reta da capital Manaus, e 1.607 km via fluvial. Sua área territorial é de 3.266,062 km², representando apenas 0,20% do Estado. Sua população em 2010 era de 52.272, em 2015 a população estimada está em 61.028 habitantes, estes dados demonstram uma densidade demográfica de 16,21 habitantes por km² e um crescimento populacional de 17% em 5 (cinco) anos (IBGE, 2015).

Seu IDHM em 2010 era de 0,616. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM é um número que varia entre 0 e 1 e considera três fatores: vida longa e saudável (expectativa de vida ao nascer); acesso ao conhecimento (escolaridade e fluxo escolar) e; padrão de vida (renda per-cápita). Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2016).

É possível observar na figura 03 que o IDHM de Tabatinga é médio, ao considerar os dados de 2010.

¹ Princípio do direito internacional que, em disputas envolvendo soberania territorial, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio.

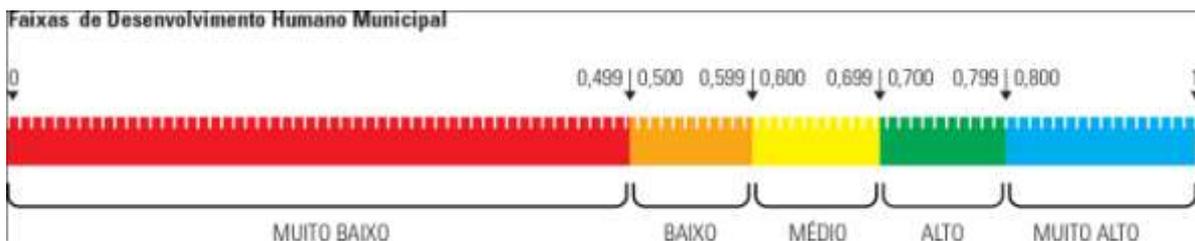


Figura 04. Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – 2016

Alterando levemente a direção e devido ao caráter educacional de nosso trabalho abordaremos um breve histórico, características e cursos ofertados pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga, ademais o *Campus* foi o local de desenvolvimento das atividades de avaliação de desempenho de ensino-aprendizagem, disponibilização dos sujeitos participantes da pesquisa e de base estrutural para coleta de dados na região, questões essenciais para a realização deste estudo.

2.3.4 Instituto Federal do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas possui atualmente 14 (quatorze) *campi*, o IFAM *Campus* Tabatinga é um deles, que acompanhando o caráter revolucionário de criação da Rede Federal de Educação Tecnológica, surge com a proposta de expansão do ensino técnico e tecnológico para o interior do Estado do Amazonas (IFAM, 2016). O *Campus* Tabatinga, como abordado anteriormente, está sediado no extremo Oeste do Estado do Amazonas, também conhecida como tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru (SEPLAN, 2012).

No ano de 2010, por meio do Edital nº 01/2010 foram ofertadas as 29 (vinte e nove) primeiras vagas de professores em diversas áreas para o *Campus* Tabatinga, assim como no dia 19 de fevereiro de 2010, o Edital nº 04/2010 ofertava as primeiras 17 (dezesete) vagas de Técnicos Administrativos em diferentes níveis e cargos de servidores para o *Campus*, totalizando 46 profissionais que somados ao Diretor Geral e aos Chefes de Ensino e Administração tiveram a complexa e desafiadora tarefa de implantar o *Campus* naquela região (IFAM, 2010).

Devido atrasos na entrega das obras do *Campus* Tabatinga, estes profissionais, ao serem empossados em seus cargos e entrarem em exercício, tiveram que trabalhar, no ano de 2010, em instalações provisórias cedidas pela Prefeitura de Tabatinga e Diocese do Alto Solimões após as Instituições terem firmado parceria de Cooperação Técnica com o IFAM. Situação que foi normalizada no ano de 2011 (figuras 5), com a entrega definitiva e inauguração da sede do *Campus* Tabatinga (IFAM, 2011).



Figura 05. Cerimônia de Inauguração do *Campus* Tabatinga – 2011. Esquerda para direita (Reitor João Dias e Prefeito de Tabatinga Saul Bermeguy).

Fonte: blogsolimões.

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013 do IFAM foi possível constatar que em audiência pública realizada no ano de 2007, para demandar os cursos técnicos que seriam implantados no *Campus* Tabatinga, encontramos os seguintes resultados dos cursos, na tabela 4, organizados em ordem percentual de indicação pelos participantes do evento: (PDI, 2009, p. 47).

Tabela 04. Cursos Técnicos demandados para o IFAM Tabatinga em audiência pública no ano de 2007.

Nº	Área	Percentual	Nº	Área	Percentual
01	Química	83,79	09	Lazer e Desenvolvimento Social	33,51
02	Informática	67,03	10	Turismo	32,96
03	Comunicação	64,80	11	Meio Ambiente	32,40
04	Segurança do Trabalho	56,42	12	Mineração	27,93
05	Comércio	42,25	13	Eletrotécnica	26,25
06	Eletrônica	39,10	14	Construção Civil	21,79
07	Gestão	37,47	15	Design	17,31
08	Mecânica	35,75	16	Agropecuária	10,61

Fonte: PDI 2009-2013 IFAM. Adaptado por Eltton Carneiro (2016).

Em 2016 o *Campus* Tabatinga oferta os cursos Técnicos integrado em Administração, Informática, Agropecuária e Meio Ambiente, Técnicos Subsequente em Administração, Informática, Agropecuária, Recurso Pesqueiro e Meio Ambiente. Os eixos tecnológicos são: Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Recursos Naturais, IFAM *Campus* Tabatinga (2016).

Interessante é observar, que apesar de ter ocorrido audiência pública no ano de 2007 que buscava identificar a demanda da população daquele município por cursos técnicos, o IFAM *Campus* Tabatinga, desde sua implantação até o ano de 2016 parece não ter usado essa ferramenta como referência para implantação dos cursos existentes.

O *Campus* Tabatinga, devido sua localização, realiza o trabalho de divulgação que busca oportunizar e ofertar vagas a todos os nove municípios do Alto Solimões. São eles: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça, Tonantins, Jutai e Fonte Boa.

2.3.5 Curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga

Desde 2010, ano de implantação do Instituto no Município, o Curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga oferta vagas em duas modalidades: Integrado ao Ensino Médio e Subsequente. Tradicionalmente é o curso maior demandante de inscritos nos processos seletivos ofertados pelo *Campus*, como pode ser comprovado ao consultar o mapa de inscritos (figura 6) por curso dos anos de 2011, 2012 e 2013.

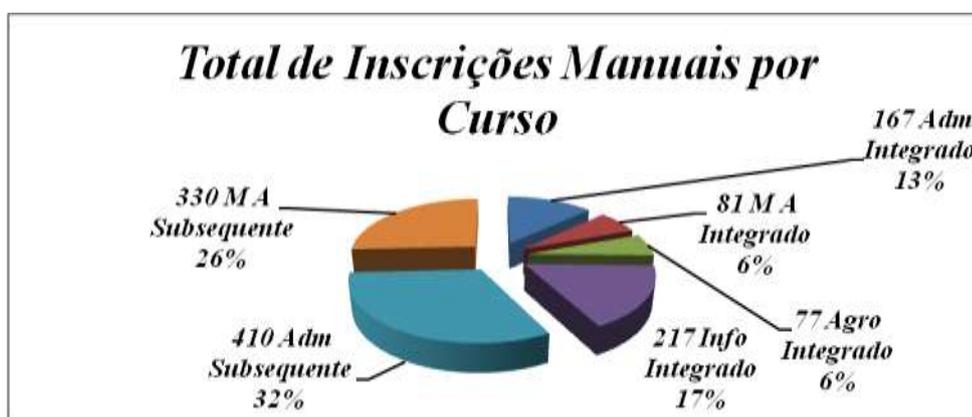


Figura 06. Número de inscritos manualmente por curso para o *Campus* Tabatinga - 2011
 Fonte: Registro acadêmico 2011 - *Campus* Tabatinga. Elaborado por Elton Carneiro 2016.

Ao analisar os Planos de Curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga, dos anos de 2010 e 2013, foi possível constatar, no primeiro, que ao ser justificada a implantação do curso naquele *Campus*, a Área de Livre Comércio de Tabatinga foi levada em consideração. **“O comércio é um dos pontos fortes da sede do município de Tabatinga, motivado e incrementado que foi pela criação da Área de Livre Comércio de Tabatinga.”** [grifo do autor] Entretanto, na reformulação do curso em 2013, não foi observado nenhuma referência à Área de Livre Comércio de Tabatinga (PC ADM IFAM TBT, 2010; 2013). A matriz curricular apresentada na figura 7 corrobora com esta constatação.

EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS						
HABILITAÇÃO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO						
MODALIDADE: SUBSEQUENTE						
MÓDULOS		COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária		
				Semanal	Semestral	
Lei Federal Nº 9.394/96 - Parecer CNE/CEB Nº 16/99 - / CEB Nº 04/99	FORMAÇÃO PROFISSIONAL GERAL E ESPECÍFICA	I MÓDULO	Português Instrumental	3	60	
			Direito Trabalhista	3	60	
			Informática Básica	2	40	
			Noções de Elaboração de Relatórios e Projetos	3	60	
			Matemática Comercial e Financeira	3	60	
			Teoria Geral da Administração	3	60	
			SUBTOTAL	17	340	
		II MÓDULO	Comunicação Empresarial	3	60	
			Direito Tributário	3	60	
			Contabilidade Geral	3	60	
			Introdução e Economia	3	60	
			Administração Pública	3	60	
			SUBTOTAL	15	300	
		III MÓDULO	Administração Financeira	3	60	
			Logística Empresarial	3	60	
			Administração de Recursos Humanos	3	60	
			Saúde e Segurança do Trabalho	2	40	
			Inglês Instrumental	2	40	
			SUBTOTAL	13	260	
		IV MÓDULO	Psicologia Organizacional	2	40	
			Administração de Marketing	3	60	
			Gestão de Organização	3	60	
			Empreendedorismo	3	60	
			SUBTOTAL	11	220	
		TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL				1.120
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO				360
		TOTAL				1.480

Figura 07. Matriz curricular do Curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga-2013
Fonte: Plano de Curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga - 2013

Após os quatro módulos de disciplinas técnicas estudadas pelos alunos do curso técnico em administração espera-se obter um profissional com perfil ético e consciência ecológica, como explicitada no plano de curso em seu item perfil profissional de conclusão.

O técnico em Administração é o profissional com conhecimentos integrados aos fundamentos do trabalho, da ciência e da tecnologia, com senso crítico, postura ética e consciência ecológica. Habilidade a desempenhar atividades de apoio e organização administrativa, operando informações gerenciais de pessoal e material de forma criativa, dinâmica e responsável no mundo do trabalho e na sociedade, devidamente credenciado pelo órgão regulador da profissão (IFAM TBT - 2013).

É possível observar que para o ano de implantação do IFAM – *Campus* Tabatinga (2010) existiu citação, na justificativa do Plano de Curso Técnico em administração, sobre o

potencial da Área de Livre Comércio de Tabatinga para a região, entretanto a citação não pareceu ser suficiente para que fosse previsto, na matriz curricular do curso, algum tipo de conteúdo programático para o estudo da ALCT no intuito de preparar o Técnico para atuar nesse segmento do mercado regional.

2.4 Comercialização de Pescados da Mesorregião do Alto Solimões

Buscando direcionar a previsão de incentivos fiscais explicitados na legislação para a área da pesca, demonstrando dessa forma, que existe um mercado potencial na região e que é necessária a presença de profissionais neste segmento do mercado com conhecimentos para explorar essas vantagens e potencialidades, é que abordamos este tópico da prática de comercialização de pescado da mesorregião do Alto Solimões.

A Comercialização de pescados da Mesorregião do Alto Solimões (Amazonas – Brasil), como grandes bagres e pescado seco-salgado, para as cidades como Bogotá, Cali e Medellín, na Colômbia iniciou-se nos anos 50. Comercializando em média 9.000 Toneladas de pescado anual. A atividade pesqueira é uma das principais atividades produtivas, pois aportam 49% na economia do estado do Amazonas - Colômbia (INCODER, 2001).

A informação do Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (*Instituto Colombiano de Desarrollo Rural*) - INCODER apresenta duas relevantes informações que nos desperta a necessidade de discutirmos a comercialização do pescado na região. (I) relaciona-se ao tempo e a destinação desta prática, a partir dos anos 50 e destinadas às cidades de Bogotá, Cali e Medellín, todas na Colômbia; (II) ao volume e importância econômica – 9.000(t) /ano e 49% da economia do estado do Amazonas colombiano.

Antes, porém, vamos ver o que diz a legislação da ALCT quando prevê os incentivos direcionados à pesca.

Art. 3º A entrada de produtos estrangeiros na ALCT far-se-á com suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, quando destinados:

II - ao beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal; III - à agropecuária e à piscicultura (Lei nº 7.965, 1989).

Art. 4º Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na Área de Livre Comércio de Tabatinga, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às finalidades mencionadas no caput do art. 3º [*grifo nosso*] (Lei nº 7.965, 1989 C/C LEI nº 8.981, 1995).

É possível observar que a prática de comercialização de pescado no Alto Solimões envolve um processo de longa data e com grande influência econômica na região, porém para a cidade de Letícia e o “estado” do Amazonas – Colômbia. De outro modo, encontramos na legislação que implantou a Área de Livre Comércio de Tabatinga previsões de incentivos direcionados para a pesca, contudo se recorrermos ao item em que abordamos os Indicadores Socioeconômicos de Tabatinga (tabela 3), Condensado de Informações do Município, não observou nenhuma referência ao que é apresentado pelo INCODER. Revelando claramente que todo o volume de peixe extraído dos rios amazonenses - brasileiro não influencia na economia de Tabatinga, ainda que exista previsão legal através dos incentivos da ALCT.

Letícia, capital do estado do Amazonas na Colômbia, converteu-se no principal centro de compra e estoque de pescado da Mesorregião do Alto Solimões – AM do Brasil e da fronteira com o Peru (tabela 5), sendo as águas do território brasileiro as que ofertam a maior quantidade das espécies capturadas (95%); onde o rio Amazonas aparece com 116 km em

território colombiano, 300 km aproximadamente em território peruano e de aproximadamente 1170 km em território brasileiro – Rio Solimões (INCODER, 2001).

O rio Solimões (Amazonas) possui a nível mundial uma imensa riqueza ictiológica, atingindo o primeiro lugar no mundo como produtor de peixes de água doce, e se constitui em uma grande fonte de abastecimento; também é o rio mais longo e caudaloso do planeta.

Tabela 5. Movimentação anual (toneladas) de pescado amazônico, por espécie, a partir de Letícia até o interior do País (Bogotá) e média histórica.

Nome científico		2005	2006	2007	2008	Média histórica 1990 – 2008
<i>Brachyplatystoma juruense</i>	Zebra	138,9	118,2	236,0	197,8	215,6
<i>Brachyplatystoma Platynemum</i>	Melao	1.535,4	526,8	315,1	385,6	521,1
<i>Ageneiosus spp</i>	Jurari	15,0	9,9	68,3	66,4	82,4
<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	Pirarara	719,4	511,5	369,1	282,2	278,2
<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	Dourada	1.322,5	1.195,7	1.013,7	816,6	1.750,7
<i>Hypophthalmus edentatus</i>	Mapará	285,4	292,3	329,0	303,8	194,8
<i>Zungaro zungaro</i>	Jaú/Pacamú	605,9	696,7	446,4	402,6	480,0
<i>Sorubim lima</i>	Braço de moça	51,1	19,0	80,9	41,6	75,1
<i>Pseudoplatystoma spp</i>	Surubim	2.172,2	1.361,9	964,9	985,3	1.421,2
<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>	Piramutaba	671,6	929,1	744,2	563,4	550,6
<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Piraíba	282,2	285,4	238,6	123,8	462,0
-	Seco	-	-	100,3	299,7	452,3
-	Outros	316,0	180,0	309,9	145,8	436,1
Total		8.115,6	6.126,5	5.216,4	4.614,6	6.920,1

Fonte: Adaptado a partir de registros (INCODER *apud* CÓRDOBA 2015).

Grande parte da pesca comercial que proveem da Mesorregião do Alto Solimões (Amazonas – Brasil) está centrada na captura de peixes (grandes bagres), seus corpos descabeçados e eviscerados são negociados ao longo do rio, logo são transportados, comprados e estocados em Letícia, e finalmente são enviados a Bogotá (Colômbia) para sua venda ao consumidor final. Os resíduos dos pescados não são comercializados, e geralmente toneladas são lançadas no rio (SINCHI, 2007).

Com base nas informações apresentadas anteriormente é possível constatar que a prática de comercialização de pescado na Mesorregião do Alto Solimões apresenta características consolidadas pelo tempo, logística definida, cadeia existente e mercado consumidor garantido. Dados de volume como 6.920,1 toneladas de média anual em 18 anos, sendo 95% desse volume originário dos rios brasileiros, especificamente do Estado do Amazonas, revelam potencial extraordinário de mercado para a região.

Somado a isto, podemos observar que todas as espécies são peixes lisos, que não tem preferência no mercado local, como aponta estudo de Da COSTA *et al.*(2013) relatando resultado de sua pesquisa que aponta 85.3% dos entrevistados terem preferência pelo pescado de escama e apenas 4,0% pelo pescado liso, não gerando conflito entre os mercados nacional e internacional, mostrando que a prática de exportação será complementar à economia da região. Para tanto, é preciso usufruir dos incentivos previstos na legislação, e mais que isso, capacitar profissionais para exploração deste potencial regional.

Com base neste universo de referencial teórico apresentado é que desenvolvemos e apresentamos a seguir os métodos de trabalho utilizados na investigação deste projeto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Pádua (2004, p. 16), a busca de uma explicação verdadeira para as relações que ocorrem entre os fatos, sejam sociais ou naturais, passa, necessariamente, pela discussão do método a ser utilizado. Corroborando para este entendimento busca-se explicitar as fases da pesquisa explicando, por etapas, o que foi feito para se chegar aos resultados e discussões.

Inicialmente, foi identificado um marco legal e regulatório de incentivos para uma determinada região, que objetivava (ou objetiva) promover desenvolvimento naquele lugar. Fica evidente que há uma preocupação governamental com a região, tanto que promulgam uma Lei e um modelo de incentivos (BRASIL, 1989). Surge, então, a Lei nº 7.965/89 que cria a Área de Livre Comércio de Tabatinga. De posse do conhecimento teórico e confrontado com a realidade vivenciada no cotidiano da região, surge logo o questionamento. Isto deu certo? Esta política pública obteve os resultados propostos? É possível mensurar esta situação? Estes e outros questionamentos só poderiam ser respondidos por meio de uma investigação, sem esquecer o caráter educacional que tamanha questão aflora como grande oportunidade de discutir saberes e promover conhecimento.

Esta pesquisa foi desenvolvida inicialmente através de procedimentos técnicos bibliográfico-documentais, fonte propulsora de inspiração, interesse pelo tema e busca por respostas, levantando-se, assim, a bibliografia básica; seguido da abordagem metodológica que encontrou guarita quali-quantitativa oportunizando a definição dos participantes da pesquisa e as técnicas de coleta proveniente da seleção, categorização e tabulação dos dados. Isso tudo nos levou a prática da Oficina Pedagógica que (CUBERES *apud* VIEIRA; VOLQUIND 2002, p. 11) conceitua como sendo “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”.

3.1 Pesquisa Bibliográfica

A investigação inicia-se com pesquisas bibliográficas que para (Gil, 2002, p. 44), a principal vantagem reside no fato deste tipo de pesquisa permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Observação extremamente precisa. Principalmente se tratando de análises de legislações e marcos regulatório, ou seja, Leis.

Para tanto, foram feitas leituras de pesquisas delimitadas e detalhadas de legislações referentes ao tema; análise de Estudo de Caso e relatórios de Grupos de Trabalho realizado por Órgãos Federais, Ministérios e Superintendência; além de utilizar informações extraídas do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (*AliceWeb*) e resultados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ressaltamos ainda as diversas Obras Literárias, Dissertações e Teses objetivando municiar-se de conhecimentos teóricos, como apresentado no referencial, para serem aplicados nas atividades desenvolvidas com os discentes participantes da pesquisa, o que será demonstrado em um segundo momento.

Ainda enfatizando o trabalho realizado de pesquisa bibliográfica, vale destacar os seguintes estudos e análises de fontes secundárias:

O Ministério da Integração Nacional, através do seu Estudo de Caso - Alto Solimões: Fronteira Brasil/Colômbia/Peru, publicado na Proposta de Reestruturação do Programa de

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira; disponibiliza um material preciso de caracterização, problemas, potencialidades e direcionamento econômico para região, colaborando sobremaneira para a construção de partes teórica desta pesquisa, conforme observado (INTEGRAÇÃO 2005, p. 198).

Igualmente a Nota Técnica 59/2013 da Coordenação de Estudos Econômicos e Empresariais - COGEC/SUFRAMA, que teve como objetivo traçar um diagnóstico da área de Livre Comércio de Tabatinga, com base no trabalho de campo realizado entre 04 e 07/11/2013; onde elucida questões pontuais de importância da ALCT para a região, ao passo que revela preocupações e apresenta estratégias para alavancar a Área sob sua competência (SUFRAMA, 2013).

A obra Marco Regulatório dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio (ALCS), coordenada e editada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA disponibilizada, de forma didática e explicativa, excepcional contribuição para o estudo da política de estímulos tributários adotada para a região (SUFRAMA, 2013).

E finalmente, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2015) combinado com resultados das pesquisas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC utilizando o *AliceWeb* – Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, desenvolvido visando modernizar as formas de acesso e sistemática de disseminação das estatísticas brasileiras de exportações e importações, que colaboraram para mensurar indicadores econômicos de desenvolvimento da região (MDIC, 2015). Relevante é novamente destacar as diversas Obras Literárias, Dissertações e Teses que contribuíram para a construção do referencial teórico desta pesquisa, bem como para a absorção do conhecimento.

3.2 Abordagem Metodológica

A pesquisa qualitativa, como observa Vilela Junior (2011, p?), tem como principal objetivo interpretar o fenômeno que observa. Neste sentido, quem observa ou interpreta (pesquisador) influencia e é influenciado pelo fenômeno pesquisado. Ao passo que, a pesquisa quantitativa é um estudo estatístico que se destina a descrever as características de uma determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas a respeito de um problema de pesquisa (STEFANUTO, 2015, p?). Portanto, observa-se que as pesquisas são distintas quanto ao aspecto, porém, não se anulam, é verdadeiro afirmar justamente o contrário, que a soma das abordagens do problema encontram guarita no entendimento de abordagem metodológica quali-quantitativo, exatamente a usada para a realização desta pesquisa.

Após todo o trabalho de pesquisa e aglutinação das informações referente à Área de Livre Comércio de Tabatinga e demais assuntos correlatos, e entendendo a importância, a potencialidade, a finalidade e principalmente a oportunidade de discussão desta importante legislação para o município, apresentou-se, com extrema relevância, a necessidade de trabalhar este conhecimento diretamente com os atores envolvidos, ou seja, discentes fronteiriços do município de Tabatinga, por entendermos serem potenciais profissionais do amanhã para ALCT, quando capacitados.

O método de trabalho utilizado para discutir este conhecimento como processo formativo de aprendizagem foi Oficina Pedagógica. Acreditava-se que esta prática oportunizaria um espaço ideal para exposição da legislação, debates, discussões, formação de

opiniões, críticas, dentre outras situações que, à medida que fossem compreendidas e transformadas em conhecimento despertaria, no participante, a necessidade de socializar tal descoberta de forma prática, como sustenta Paviani; M. Fontana (2009, p. 78) “Oficina é uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica”.

3.3 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa são sujeitos que fundamentam as atividades desenvolvidas, são essenciais para o sucesso e realização dos trabalhos, considerando que é através deles, neste caso, que realizamos aferições de aprendizagem, análises, discussões, reflexões críticas e avaliações de resultados. Para a realização desta pesquisa, diversos foram os atores e distintas foram suas contribuições de trabalho. Acreditamos que para melhor compreensão, ideal foi abordá-los individualmente e discorrer sobre suas participações.

Sujeitos participantes da Oficina Pedagógica (Aluno/Discente)

Partindo da proposta de trabalho de aferição de aprendizagem através da realização da Oficina Pedagógica, necessário foi encontrar os sujeitos que iriam participar desta atividade metodológica. Objetivando mensurar o aprendizado, obter melhor controle e conseguir atingir com atenção ideal todos os participantes, e ainda considerando o teor do tema que seria trabalhado, optamos por selecionar 10 alunos do curso Técnico em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM *Campus* Tabatinga.

Neste momento, relevante é explicar que este pesquisador/professor não faz parte do quadro de servidores do *Campus* Tabatinga e sim do *Campus* Manaus Centro, na capital. Porém serviu, no passado, ao *Campus* Tabatinga durante 04 (quatro) anos. Importante é esclarecer e relevante entendemos destacar esta informação por dois motivos. (I) o contato com os alunos parte, em tese, de uma conquista que requer confiança e tempo para que isto ocorra; (II) limite de tempo disponibilizado em campo para aplicar ferramentas, coletar dados e fazer discussões, dentre outras questões estruturais e logísticas para a realização das tarefas. Por isso destacamos o fundamental e importantíssimo trabalho de parceria que os sujeitos, voluntariamente, realizaram.

Considerando a característica particular apresentada acima é que agradecemos ao professor Nicolás Andretti que ajudou na divulgação, antecipadamente, aos alunos da turma de 3º ano do Curso Técnico em Administração do *campus* Tabatinga sobre a Oficina Pedagógica que ocorreria. Desta forma, em um turno matutino, ao chegarmos à turma para divulgação, fizemos uma breve abordagem do que iríamos trabalhar durante a semana e explicamos os métodos e objetivos que se pretendiam atingir, sem entrar no mérito do assunto. Destacamos que os trabalhos eram voluntários, e que a única recompensa garantida que eles teriam era o conhecimento adquirido, importantíssimo e de valor inestimável. Os discentes que demonstraram interesse se inscreveram e atingimos a meta de 10 participantes.

Excetuando um participante que se voluntariou para a pesquisa, todos eram menores de idade, neste sentido apresentamos os termos de assentimento e consentimentos (anexo) para que preenchessem e assinassem, bem como seus responsáveis autorizando a participação, ao tempo que divulgamos hora e local de início dos trabalhos.

Colaboradores

Partindo da visão humanitária de que as pessoas executam tarefas, planejam, organizam, controlam, assessoram, pesquisam etc. (CHIAVENATO, 2003), é que elegemos o termo colaborador para agradecer a participação de todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, ajudaram a tornarem realidade os objetivos e metas planejados. Questões de bastidores, porém essenciais para a realização e conclusão de qualquer tarefa.

André – Motorista que fez o deslocamento dos alunos participantes da Oficina Pedagógica entre o IFAM e o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga;

Dirceu Dácio – Diretor Geral do *Campus* Tabatinga por permitir utilizar a estrutura do *campus* para os trabalhos;

Eduardo Lima– Chefe de Ensino que permitiu a participação dos alunos do curso;

Nícolas Andretti– Professor que viabilizou nas triagens e divulgação da oficina antes da chegada do pesquisador à cidade;

Elenilson Silva– Professor que fez a “ponte” entre o pesquisador e o líder dos pescadores, representando o Sindicato.

Daniel – Professor de física que gentilmente cedeu o espaço do laboratório de sua disciplina para que fosse possível ser realizada a Oficina.

Rodrigo Rodrigues – Chefe Administrativo por sua presteza em disponibilizar recursos de informática, equipamento e matérias primas para a realização da Oficina.

Turma de Administração 3º ano, em especial os alunos participantes da Oficina que voluntariamente fizeram um esforço para participarem e colaborar essencialmente para a realização e conclusão da Oficina.

Na pessoa do senhor Valmir, Presidente do Sindicato, a todos os participantes da Oficina no Sindicato dos Pescadores – por nos receber na sede, reunir membros comunitários e permitir fazer a divulgação da ALCT, além de contribuírem com entrevistas cordiais, como veremos a seguir.

Comunitário

Nomeamos comunitário, os pescadores que participaram da reunião que ocorreu na sede do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga. Da visão dos comunitários, obtivemos duas participações: (I) ouvintes da exposição de conteúdos sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga, onde passaram, em determinado momento, da figura de ouvintes para participantes das discussões, com arguições e contribuições primorosas e reveladoras. Abordamos melhor essas intervenções nos resultados e discussões; e (II) cedendo, gentilmente, entrevistas onde responderam sobre a importância e influência do tema abordado para a prática profissional que exercem na região.

3.4 Metodologia

Usamos as seguintes técnicas de coleta de dados:

Qualitativas

- (I) Observação – para conseguir informações utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento (MARCONI & LAKATOS, 1999), seguimos meios de observação não estruturada e em equipe.

- (II) Entrevista – é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional (LAVILLE; DIONNE, 1999), utilizamos o tipo de entrevista estruturada e pessoal atentando para as medidas exigidas de preparação de entrevista face-a-face: planejamento prévio, contato com líder, conhecimento prévio dos entrevistados, condições favoráveis, preparação específica e conhecimento prévio do campo (STEFANUTO, 2015).
- (III) Questionário – é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999), utilizamos esta técnica de dois tipos em momentos distintos, (I) tipo escala de *Likert*¹ e (II) tipo aberta.

Quantitativa

Seguindo o esquema de categorização dos dados, onde deve ser “aplicado um sistema de códigos, o que facilita a contagem e tabulação, antes e depois da coleta, transformando os dados qualitativos em quantitativos” (STEFANUTO, 2015) é que recorremos à escala de *Likert* para quantificar a pesquisa. Antes, porém, uma breve abordagem sobre a escala.

(GULLONE 2000 *apud* VIEIRA; DALMORO 2013), explicam que desde a publicação de sua obra, a escala formulada por 3 tem se tornado popular. As razões para isto incluem o tipo de psicometria utilizada na investigação, dificuldade de generalizações com o uso de grande número de opções de marcação e a natureza complexa de escalas alternativas. Na escala de *Likert*, os respondentes precisam marcar somente os pontos fixos estipulados na linha, em um sistema de cinco categorias de resposta (pontos) que vão de “aprovo totalmente” a “desaprovo totalmente”. *Likert* (1932) também introduziu a escala bidimensional e com um ponto neutro no meio da escala. Baseado nos modelos anteriores de Freyd (1923) e Watson (1930), em 1932, *Likert* desenvolveu sua forma de escala.

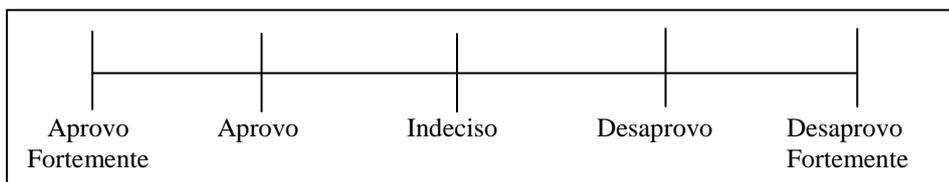


Figura 08. Modelo de escala desenvolvido por Likert (1932)

Fonte: Likert (1932), adaptado por Eltton Carneiro.

Elaboramos um questionário com 12 afirmativas e escala de cinco pontos, apresentamos e exemplificamos melhor nos resultados e discussões todas as análises estatísticas de aprendizado a partir da utilização desta técnica, porém importante ressaltar que quando se utiliza esta técnica (escala de *Likert*), o que se apresenta aos respondentes não são perguntas, mas sim afirmações, verdades sobre um determinado tema e que deve, o participante, marcar seu nível de concordância com a afirmativa, outra importante ressalva refere-se quando o questionário apresenta negativas no lugar de afirmativas, ou seja, o pesquisador transcreve uma inverdade e quer quantificar o nível de discordância do participante, neste caso a pontuação da escala deve ser aferida inversamente para que o tratamento de dados seja correto.

¹ **Rensis Likert**, professor de sociologia e psicologia nascido em Michigan Estados Unidos, viveu entre 1903 e 1981. "A Technique for the Measurement of Attitudes", *Archives of Psychology* 140: pp. 1-55

3.5 Oficina Pedagógica

A oficina, como qualquer ação pedagógica, pressupõe planejamento, mas é na execução que ela assume características diferenciadas das abordagens centradas no professor e no conhecimento racional apenas. O planejamento prévio caracteriza-se por ser flexível, ajustando-se às situações-problema apresentadas pelos participantes, a partir de seus contextos reais de trabalho (PAVIANI; M. FONTANA, 2009, p. 79). Apresentamos a seguir o planejamento prévio e na sequência descrevemos os fatos ocorridos na Oficina, pela visão metodológica, evidenciando a flexibilização do planejamento que ressalta as autoras.

Plano de Atividades da Oficina Pedagógica

IDENTIFICAÇÃO

Nome: ELTON RICARDO DE LIMA CARNEIRO

Local: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Tabatinga.

Carga Horária: 20 horas

Público Alvo: Alunos do Curso Técnico em Administração

Número de Participantes: 10

TEMA

Potencialidade da Área de Livre Comércio de Tabatinga na Cadeia Produtiva do Pescado do Alto Solimões.

OBJETIVO

- Apresentar ao aluno do curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga, através de Oficina direcionada ao tema, uma abordagem da Área de Livre Comércio do Município de Tabatinga, com carga horária de 20h.
 - Desenvolver uma Cartilha sobre Área de Livre Comércio do Município de Tabatinga – ALCT.
 - Realizar uma atividade experimental, em campo, em uma comunidade de pescadores para socializar o conhecimento através da cartilha construída.
-

EMENTA

1. Faixa de Fronteira do Brasil: Arco Norte, Sub-Região IV do Alto Solimões; 2. Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT. Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989: Caracterização, Legislação Regulatória, Finalidade, Delimitação, Marco Regulatório, Incentivos tributários e Desenvolvimento Regional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Faixa de Fronteira: Histórico e definições; As três fronteiras: macrodivisão;
 2. Arco Norte: Caracterização Geral, Aspectos Geoeconômicos e Aspectos Culturais;
 3. Sub-Região IV do Alto Solimões;
 4. Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT. Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989;
 5. Caracterização;
 6. Legislação Regulatória;
 7. Finalidade;
 8. Delimitação;
 9. Marco Regulatório;
 10. Incentivos tributários;
 11. Desenvolvimento Regional.
-

ELABORAÇÃO DA CARTILHA

Os alunos deverão elaborar uma cartilha em sala de aula com base no conteúdo abordado na oficina pedagógica.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Aulas Teóricas

Aulas expositivas, mesas redondas e dinâmicas de grupo.

Aulas de Laboratórios

Desenvolvimento da cartilha no laboratório de informática utilizando os programas/software: Power point, AutoCad.

Atividade experimental em campo

Visita à comunidade para socializar o conhecimento e aprendizado da oficina.

AVALIAÇÃO

1. Auto Avaliação dos colaboradores – Relatar a experiência, resultados, experiência e perspectivas.
 2. Auto Avaliação dos Alunos após visita e socialização do conhecimento – Avaliar o nível de importância do trabalho desenvolvido
 3. Entrevistar o líder da comunidade.
-

Narrativa dos acontecimentos

A Oficina Pedagógica ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAM *Campus* Tabatinga, na cidade de Tabatinga – Amazonas, no período de 25 a 30 de abril de 2016. Participaram da Oficina 09 (nove) alunos do Curso de Técnico em Administração e 01 (um) aluno do curso Proeja em Agroecologia. A finalidade da Oficina Pedagógica atende a dois interesses: (I) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciada pelo participante ou aprendiz; e (II) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes (PAVIANI; M. FONTANA, 2009, p. 77).

Inicialmente, após breve apresentação e conversas francas e sinceras de interesse coletivo, aplicamos a avaliação que tinha como técnica de coleta de dados o questionário tipo escala de *Likert* (intitulada AV1) para aferir o nível de concordância dos participantes em relação às afirmativas apresentadas. A partir desse momento, até o fim das atividades da Oficina, utilizamos a observação não estruturada continuamente, concomitante com as demais técnicas de coleta de dados.

Durante 03 (três) dias foram feitas exposições de conteúdos programados, debates, discussões, reflexões críticas e construção coletiva de saberes, ao fim desta etapa, fora aplicado a segunda avaliação (intitulado AV2), técnica utilizada: questionário tipo *Likert*.

No quarto dia foi elaborado o material didático que seria utilizado na divulgação do tema abordado na Oficina. Inicialmente fora planejado uma Cartilha, porém a execução concreta foi material em *slides* em formato *PowerPoint*, técnica utilizada: observação não estruturada. Aqui nos deparamos com a primeira flexibilização do planejamento prévio da Oficina, como abordado no parágrafo introdutório deste item.

No quinto dia foi realizada a visita ao Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga, ocorreu apresentação do material elaborado na Oficina Pedagógica aos pescadores e, após interações, realizadas entrevistas, Técnicas utilizadas: Observação não estrutura e em equipe; Entrevista estruturada e pessoal. Novamente nesta etapa nos deparamos com o planejamento flexível, ao escolhermos o Sindicato e não uma comunidade, como planejado, bem como, entrevistar três e não um líder comunitário. Explicamos os motivos nos resultados e discussões.

No sexto e último dia da Oficina realizamos duas avaliações. Pergunta simples aberta e auto avaliação da semana de trabalho, técnica utilizada: questionário tipo aberto.

Todos os resultados e discussões originários das técnicas de coleta de dados explicitadas neste item são apresentados a seguir com riquezas de detalhes, descrições, análises e conclusões.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Discussões Preliminares e Identificação dos Sujeitos

Ao analisarmos a legislação que trata da Área de Livre Comércio existente no Município de Tabatinga-AM (ALCT) foi possível constatar o conhecimento e a preocupação que o legislador teve com as riquezas e potenciais existentes na região. No intuito de confrontar a teoria com a realidade encontrada no município foram feitas investigações que consideraram o nível de importância e conhecimento sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga por um determinado grupo de participantes da pesquisa, além de utilizar ferramentas de avaliação do ensino-aprendizagem e colher relatos de personagens considerados essenciais, que colaborassem para o fechamento das ideias, resultados e discussões aqui propostos.

Considerando o tema, optou-se por convidar a participarem da oficina pedagógica alunos do curso Técnico em Administração do *Campus* Tabatinga. Aqui valem duas ressalvas: a primeira diz respeito a um aluno do curso de agroecologia, que de posse de um superficial conhecimento sobre a proposta e o tema a ser trabalhado mostrou total interesse em participar voluntariamente com a pesquisa, fato que colaborou sobremaneira para a segunda ressalva, que justamente partia da ideia de que o tema (Área de Livre Comércio de Tabatinga) pode e deve ser trabalhado com a perspectiva de conhecimento transversal para os cursos ofertados no IFAM - *Campus* Tabatinga.

Para corroborar com essa análise, vejamos o que diz o aluno em questão ao descrever sobre a relevância de estudar o tema Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT no curso de Agroecologia, após participar da oficina pedagógica.

O tema é relevante para a região e para o técnico em agroecologia, que com conhecimentos administrativos favorecerá a ALCT com responsabilidade ambiental para desenvolver a região.

Como é possível observar, o aluno tem a percepção apurada e demonstra atenção ao destacar três abordagens: conhecimentos administrativos, responsabilidade ambiental e desenvolvimento regional. Onde a primeira colaborará para favorecer a ALCT, seguindo de lembrar-se do trato com a responsabilidade ambiental e a exploração de riquezas naturais, pensando assim no hoje e no amanhã, atento para a continuidade do ciclo potencial da região, que conseqüentemente trará desenvolvimento, ou seja, qualidade de vida, emprego e renda.

Em suma é possível concluir, que a associação de conhecimentos de áreas distintas contribui para o desenvolvimento de um profissional com maior percepção do todo em análise, estamos falando aqui de transversalidade de um tema comum a diversas áreas do conhecimento em uma determinada região. Portanto teremos um profissional diferenciado e capacitado para, a partir de sua formação com viés regional, por em prática suas habilidades profissionais, contribuindo para a exploração das potencialidades e desenvolvimento da região. Somado a isto, a transversalidade de um tema, ajudaria, inclusive, na identificação, e porque não dizer, na identidade de um *Campus* que tem como missão proporcionar conhecimento com excelência e inovação para a população da fronteira.

Seguindo a estrutura metodológica construída e apresentada, somado ao intuito de dinamizar a identificação dos sujeitos, apresentamos a figura 09 para facilitar nas referências e análises de cada um deles do decorrer dos resultados e discussões.

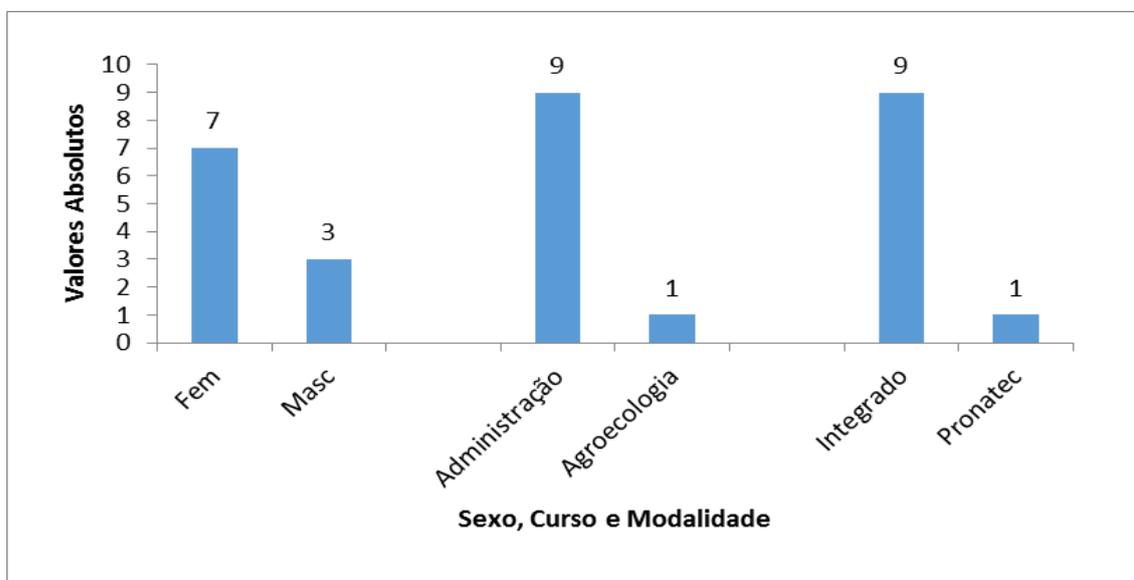


Figura 09. Caracterização dos Alunos que participaram da Oficina Pedagógica.

4.2 O Processo de Socialização do Conhecimento.

A Tabela 6 apresenta os sujeitos participantes do processo de avaliação do conhecimento que foi socializado na Oficina Pedagógica, bem como o desempenho individual em cada etapa do processo de aferição do conhecimento, ressaltando que foram feitas duas avaliações, aqui identificadas como Avaliação Inicial (AI) e avaliação Final (AF).

A Avaliação Inicial (AI) fora aplicada aos sujeitos participantes da Oficina no início das atividades propostas, partindo do princípio que os mesmos tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema a ser abordado, (WEISZ; SANCHEZ, 2002, p. 93) abordam que o “conhecimento prévio é o conjunto de ideias, representações e informações que servem de sustentação para essa nova aprendizagem, ainda que não tenham, necessariamente, uma relação direta com o conteúdo que se quer ensinar”, afirmam ainda que “essa necessidade de avaliar no início do processo é característica da relação entre ensino e aprendizagem vistos numa ótica construtivista”, de outro modo, a Avaliação Final (AF) fora aplicada após serem abordados os conteúdos propostos na Oficina, portanto após todos terem conhecimento satisfatório, em tese, dos conteúdos apresentados. Neste sentido, entendemos que esta última pode ser caracterizada como avaliação formativa, como lembra (PELLEGRINI, 2003, p. 74) ela não tem como pressuposto a premiação ou punição, mas sim a previsão que os estudantes possuem ritmos e processos de aprendizagem diferenciados. Exatamente o que se observou.

Tabela 6. Valores médios atribuídos para cada avaliação por cada sujeito no processo

Sujeitos	Avaliação Inicial			Avaliação Final		
	Médias notas	Desvio Padrão	Coefficiente de variação (%)	Médias notas	Desvio Padrão	Coefficiente de variação (%)
A1	3,50 de	1,68	48,0	4,42 cde	1,16	26,4
A2	4,50 a	0,90	20,1	5,00 a	0,00	0,0
A3	4,00 bc	0,85	21,3	5,00 a	0,00	0,0
A4	3,08 e	1,16	37,8	4,50 cd	0,90	20,1
A5	3,50 de	1,45	41,3	4,50 cd	1,17	25,9
A6	3,67 cd	1,44	39,1	4,33 de	1,37	31,6
A7	3,50 de	1,24	35,5	4,17 e	1,34	32,1
A8	3,67 cd	1,23	33,6	4,92 ab	0,29	5,9
A9	4,42 ab	1,00	22,6	4,92 ab	0,29	5,9
A10	4,08 abc	0,79	19,4	4,67 bc	0,89	19,0
Média Geral	3,79	1,23	32,5	4,64	0,91	19,6
MDS (Tukey P $\geq 0,05$)		0,436			0,324	

Fonte: Elaborado pelo autor; Legenda: MDS (Mínima Diferença Significativa).

Letras diferentes por teste indicam diferença significativa para o teste de Tukey ($P < 0,05$) avaliando por linha.

As médias apresentadas pelos sujeitos são resultados dos níveis de concordância que cada um teve com 12 (doze) afirmativas apresentadas. Para tanto, foi elaborado uma escala de pontuação com variações de 1 (um) a 5 (cinco) pontos, onde 1 (um) ponto era atribuído ao sujeito que discordava da afirmativa, ao passo que sua concordância rendia-lhe 5 (cinco) pontos. Somando o total de pontos das 12 afirmativas de cada sujeito e dividindo pelo número de afirmativas foram encontradas as médias.

Considerando que a média máxima possível de ser atingida por cada sujeito são 5 (cinco) pontos, observe o comportamento dos sujeitos em AI. É possível notar que o sujeito A4 apresentou a menor média (3,08) em relação ao seu nível de concordância com as afirmativas apresentadas, enquanto A2 apresenta (4,50), a maior média, ressaltando que nesse primeiro momento os sujeitos não tinham nenhum conhecimento do tema que seria abordado.

Entre os sujeitos A4 e A2, menor e maior média, respectivamente, encontramos uma variação de comportamento das médias. Considerando que o maior número de sujeitos estão com média na casa dos 3 (três) pontos (A1; A4; A5; A6; A7 e A8), e que essa média representa uma certa dúvida ou neutralidade sobre a afirmativa, pois é caracterizada como “não concordo/nem discordo”, é possível concluir que os sujeitos foram moderados em suas respostas, talvez motivados pela insegurança sobre o que deveriam concordar ou discordar e optaram por serem cautelosos em suas opções, provavelmente pela ausência da opção que (SANTOS; GASPAR, 2014, p. 36-54) criaram, “não sei”, para os casos em que o respondente não conseguisse ou não estivesse em condições de responder.

Ainda é possível separar mais dois grupos de sujeitos para análise (A3; A10) e (A2; A9), o primeiro grupo apresenta uma leve variação, concordando em parte com as afirmativas, enquanto que o segundo grupo de sujeitos apresenta maior segurança e aproxima-se da média máxima possível, ainda que, em tese, não tenham conhecimento sobre o que estão concordando.

Após todas essas observações em AI, somado ao convívio com os participantes da Oficina Pedagógica é possível afirmar que temos 3 (três) grupos de sujeitos.

O Primeiro grupo é caracterizado pela maioria (60%) de cautelosos ou inseguros, provavelmente esses são aqueles alunos que não interagem, não fazem perguntas ou questionamentos em um primeiro momento em sala de aula, cabendo ao professor instigá-los ou criar situações motivacionais que despertem o interesse destes a participarem e interagirem, neste sentido, (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p. 143-150) pode trazer à luz este comportamento sob a ótica do *Locus* de causalidade (DECHARMS, 1984 apud GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p. 143-150) externo, onde implica em outro agente interferir nas causas pessoais levando a pessoa a se perceber como uma “marionete”, resultando em sentimentos negativos de ser externamente guiado.

O segundo (20%) é caracterizado por alunos que rompem a barreira do temor de serem apontados como possíveis “inconvenientes” por seus colegas de turma, por falarem ou interagirem em hora inoportuna, e arriscam suas opiniões no intuito de gerar debates e consequentemente sanarem suas lacunas ou possíveis dúvidas. Essas situações devem ser muito bem aproveitadas pelo professor que, na sua expertise, poderá minimizar inseguranças e trazer para o debate o primeiro grupo, que até então estava passivo, elevando o moral da turma e criando um ambiente motivador, participativo e de interação mútua. Segundo essa perspectiva, as pessoas seriam naturalmente propensas a realizar uma atividade por acreditarem que o fazem por vontade própria, porque assim o desejam e não por serem obrigados devido a demandas externas (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p. 143-150).

Por fim, temos o terceiro grupo (20%), que por uma questão de dote natural se destacam. Esses são os primeiros da turma ou “alunos nota 10”. Esta é uma questão relativa e amparada na subjetividade, o que pode ser deduzido, talvez, para explicar esse tipo de sujeito são leituras extraclasse ou até mesmo influências da educação familiar que o levam a buscarem mais e acima da média, motivados, quem sabe, por objetivos pessoais. Alusivamente, encontramos na Teoria da Autodeterminação uma explicação que nos ajuda nas discussões. A base inicial para a Teoria da Autodeterminação é a concepção do ser humano como organismo ativo, dirigido para o crescimento, desenvolvimento integrado do sentido do *self* e para a integração com as estruturas sociais, de acordo com Ryan; Connell & Deci (1985 apud GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p. 143-150).

O fato é que o professor, ao identificar esse sujeito deverá buscar métodos de ensino-aprendizagem diferenciados, no intuito de motivar a permanência desse aluno ao interesse do conteúdo trabalhado, ao risco de, se não observado, o mesmo perder o interesse e abandonar as atividades, considerando que com pouco esforço atinge a média máxima possível.

Na figura 10 podemos observar os valores das médias por sujeito nas avaliações AI e AF e a grande média, que representa a média geral da turma participante da Oficina Pedagógica, obtido a partir da média geral das duas avaliações.

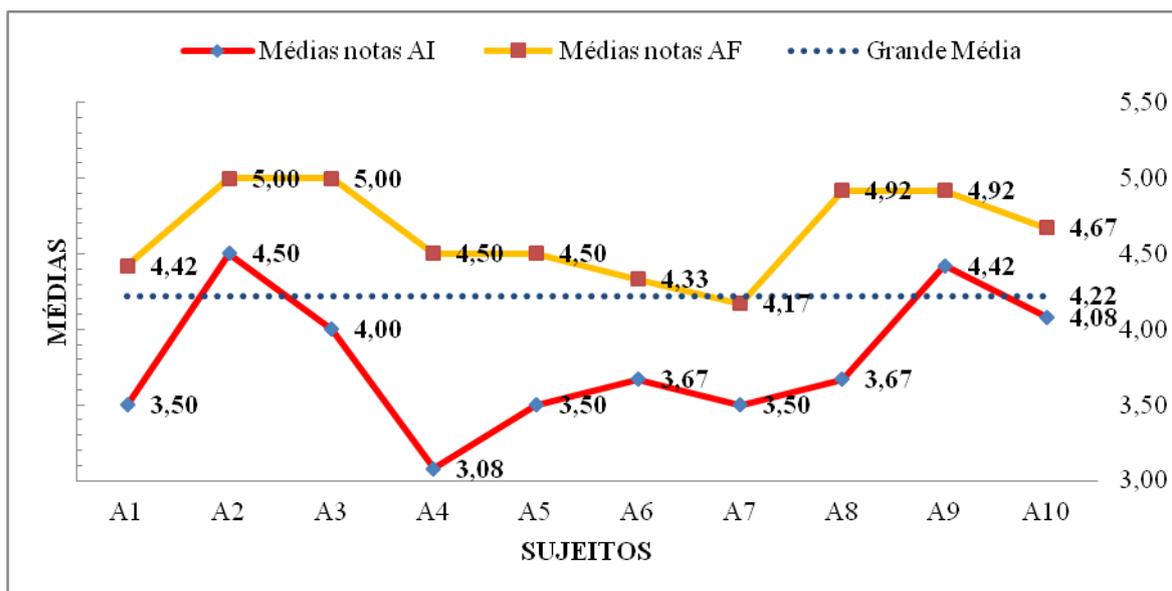


Figura 10. Avaliação do desempenho dos sujeitos nas avaliações AI e AF e grande média

Ao iniciarmos as análises de desempenho na figura acima podemos partir do princípio comparativo, por sujeito, entre as avaliações inicial e final. Fica evidente que todos, sem exceções, obtiveram melhoria de desempenho, mostrando claramente terem adquirido conhecimento em relação ao assunto abordado. Destaca-se, entre os sujeitos, o caso de A4, que na (AI) obteve a menor média do grupo (3,08), entretanto, na (AF) atingiu média superior à grande média da turma e superou inclusive colegas, em relação ao seu desempenho.

A grande média é a média geral das Avaliações AI e AF que depois de somadas e dividida apresentaram resultado de 4,22 pontos. Considerando que a pontuação máxima possível de ser atingida são 5 pontos de média, é possível afirmar que temos um grupo de sujeitos de alto desempenho e com conhecimento ao assunto proposto. Observe também que a (AF) apresenta 90% dos sujeitos com desempenho acima da grande média, excetuando-se, apenas, o caso de A7 (4,17), que por uma margem muito pequena (0,05) não igualou seu desempenho à grande média (4,22). Contudo, se mudarmos a perspectiva de avaliação desse mesmo sujeito e fizermos um comparativo direto entre suas (AI e AF) notaremos um ganho de desempenho considerável, o que nos dá segurança em afirmar, houve aprendizado.

Constatamos pluralidade de desempenho e que existe margem para que o professor, ao abordar conteúdos, possa desenvolver seus trabalhos com o pensamento de ser sempre possível estimular e desenvolver métodos criativos que tragam melhores resultados de desempenho, em outras palavras, tirar o melhor de cada aluno. Neste sentido Marinho (2013) chama atenção para o fato de que a aprendizagem significativa provém, em grande parte, por meio de inovações metodológicas adotadas pelos docentes para a aprendizagem de habilidades e desenvolvimento de potencialidades no educando.

A seguir apresentamos a Figura 11 que representa, em pontos percentuais, o nível de aprendizagem de cada sujeito quando comparado os resultados das Avaliações Inicial e Final.

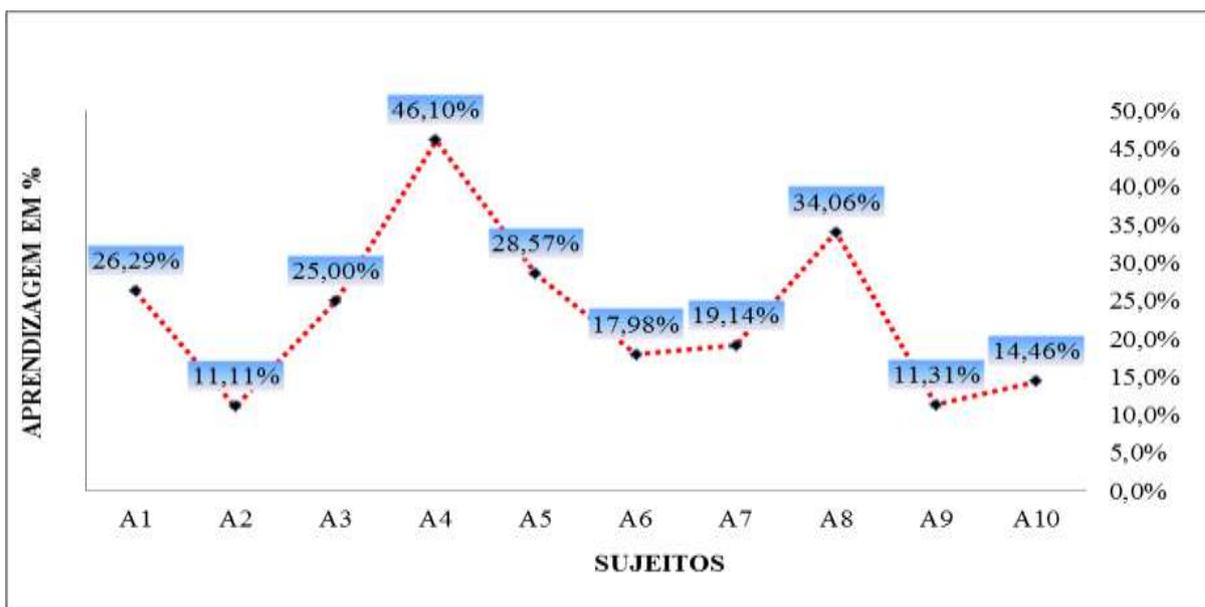


Figura 11. Nível de aprendizagem em % dos sujeitos. (AI em relação à AF)

De pronto, ao analisar a figura 11, identifica-se que todos os sujeitos apresentaram níveis de aprendizagem superiores a dois pontos percentuais, ou seja, todos atingiram desempenho de aprendizagem acima dos 10%. No intuito de melhor entender o significado dos resultados atingidos pelos sujeitos, recorreremos ao trabalho de outros pesquisadores que utilizaram do mesmo método aqui apresentado, para obtermos um comparativo de resultados e, resguardando as proporcionalidades, desenvolver uma melhor discussão.

França Junior (2008, p. 55), em sua pesquisa *Influência do Fracionamento no Destilado para a Otimização da Produção da Cachaça de Alambique: Uma Prática Pedagógica no Processo Produtivo* apresenta, em sua figura 16, valores da diferença percentual da aprendizagem entre os testes, que ao analisarmos a diferença entre os testes III e II encontramos valores negativos de aprendizagem, como destaca o autor “*entre TII e TIII os valores foram negativos, cujos maiores valores foram destacados nos sujeitos F e L(-11,9 e 8,1)*”.

Voltando para nossa análise e tendo como referência o mesmo autor, fica mais que evidente, que em situações que se aplicam testes de aprendizagem em momentos distintos de conhecimento sobre um determinado tema, é possível, ao contrário do que se busca, ou seja, aprendido, haja, na verdade, uma confusão de ideias por parte do aluno e o mesmo acabe por apresentar resultados negativos ao invés de satisfatórios. Esta é uma constatação preocupante e que requer muita atenção do professor para não incorrer em fracassos ou até mesmo reprovações, se fosse o caso. Não queremos aqui questionar os resultados nem os méritos do excelente trabalho do Professor Adalcino França Junior, de forma alguma, apenas recorreremos como forma comparativa, para fazermos as devidas análises que entendemos ser pertinentes para o caso.

Isso nos faz, na verdade, olhar com mais cuidado aos resultados aqui apresentados e, satisfatoriamente podemos afirmar, todos os sujeitos participantes da pesquisa obtiveram um grau de aprendizagem satisfatório, alguns com mais e outros com menor intensidade, porém todos obtiveram aprendizagem. Não podemos deixar de destacar o Sujeito A4, que com surpreendentes 46,10% de aprendizagem no comparativo entre as avaliações, apresentou excepcional desempenho.

Neste momento, acreditamos ser pertinente uma discussão. Pode parecer óbvio que, sujeitos que não tiveram nenhum tipo de conhecimento de um determinado assunto, quando questionados a concordarem ou não com afirmativas apresentem resultados piores que em um segundo momento, onde foram municiados de informações e, em tese, devem sim apresentar melhores resultados quando feito o comparativo. Porém, já tivemos a oportunidade de comprovar, lembrando (FRANÇA JUNIOR, 2008), que nem sempre isso ocorre.

Ademais, é importante destacar que estamos falando de sujeitos (pessoas) que são diversificados no sentido mais amplo da palavra e distintos podem ser seus fatores motivacionais que levam ao querer aprender, como bem destaca Chiavenato (2003), quando aborda sobre a Motivação Humana, na Teoria das Relações Humanas, apresentando a ideia de motivação antagonista ao *homo economicus*: “*o ser humano é motivado, não por estímulos salariais e econômicos. Mas por recompensas sociais e simbólicas*”. O que nos leva a uma subjetividade de possibilidades difíceis de mensurar quanto à capacidade de absorção do conhecimento, uma vez que não havendo motivação dos sujeitos, ainda que o professor se empenhe ao extremo para atingir a todos os participantes, dificilmente acontecerá aprendizado satisfatório. Afinal, como aprender sem motivação?

Realmente fica muito expressivo o quanto é complexo o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que não se trata do simples fato de “passar conteúdos” aos sujeitos/alunos participantes, estamos falando de sentido de importância, do que está sendo trabalhado, à realidade do sujeito, ou seja, isto será relevante para ele querer aprender, ao ponto de sentir-se motivado a buscar o conhecimento? Existem recompensas sociais ou simbólicas, como destaca o autor referenciado há pouco? Cabe ao professor, no exercício da docência, ter a percepção apurada e buscar fazer seu melhor dentro dos desafios apresentados em seu cotidiano, lembrando que nem sempre teremos êxitos e que o sucesso depende do desempenho individual de cada sujeito, ou seja, uma relação de dependência entre o aluno e o professor.

Seguindo a análise e mudando o foco para outro conjunto de dados, apresentamos na Tabela 7 as doze afirmativas que foram objeto de avaliação pelos sujeitos para avaliar seus níveis de concordância, as médias obtidas em cada afirmativa e o comparativo de resultados entre as Avaliações Inicial e Final. Aqui é pertinente citar Weisz; Sanchez (2002, p. 94) e atentar para seu alerta: “Ao montar uma situação de avaliação, o professor precisa ter clareza sobre as diferenças que existem entre situações de aprendizagem e situações de avaliação”.

É importante ressaltar, nesse momento, que estamos falando da análise das afirmativas, ou seja, iremos buscar explicações para os resultados a partir de uma discussão da elaboração das afirmativas e até que ponto isso foi determinante para influenciar os sujeitos na hora de responder as avaliações. Portanto a escrita, a clareza, os argumentos, a objetividade e a concordância serão levados em consideração na tentativa de explicar os resultados, em outras palavras, se foram afirmativas bem elaboradas ou não, ao ponto de o aluno concordar ou discordar com pleno entendimento do que foi ali proposto.

Tabela 7. Valores médios atribuídos para cada afirmativa nas Avaliações Inicial e Final

Afirmativas	Avaliação Inicial			Avaliação Final		
	Médias notas	Desvio Padrão	Coefficiente de variação (%)	Médias notas	Desvio Padrão	Coefficiente de variação (%)
Af1	4,20	1,03	24,6	5,00	0,00	0,0
Af2	3,90	0,99	25,5	4,40	1,26	28,7
Af3	4,40	0,70	15,9	5,00	0,00	0,0
Af4	3,90	0,88	22,5	4,90	0,32	6,5
Af5	3,60	1,07	29,9	4,10	1,45	35,3
Af6	3,20	1,48	46,1	4,60	0,52	11,2
Af7	3,00	1,33	44,4	3,70	1,49	40,4
Af8	3,20	1,23	38,4	4,90	0,32	6,5
Af9	3,60	1,71	47,6	5,00	0,00	0,0
Af10	3,70	1,34	36,1	4,60	0,97	21,0
Af11	4,90	0,32	6,5	4,50	1,27	28,2
Af12	3,90	1,37	35,1	5,00	0,00	0,0
Média Geral	3,79	1,23	32,5	4,64	0,91	19,6

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 7 é possível identificar que, excetuando **Af11**, todas as demais afirmativas atingiram melhores médias na Avaliação Final quando comparado com a Avaliação Inicial, fato que se repete com a média geral das avaliações. É possível afirmar então, partindo desta constatação inicial, que as afirmativas foram mais bem compreendidas no segundo momento de avaliação. Podemos concordar então com Weisz; Sanchez (2002, p. 94), quando falou anteriormente sobre a diferença entre aprendizagem e avaliação, lembrando que aprendizagem permite consulta e intercâmbio de informações entre colegas, o que de fato ocorreu e que talvez explique melhores resultados em (AF).

Acreditamos ser necessário, nesse momento, fazermos uma breve explicação no intuito de não deixar dúvidas sobre o que estamos analisando.

Recorde que já foi dito anteriormente sobre o formato dessas avaliações, são afirmativas com uma escala de concordância, ou seja, o sujeito teria que concordar ou não com a afirmativa. Ora, se temos uma afirmativa, logo essa é verdadeira, caso contrário seria uma negativa. Portanto, o que se busca na verdade é saber do respondente até que ponto ele concorda com aquela verdade partindo de nenhum, pouco ou pleno conhecimento sobre o que está sendo afirmado. Veja o exemplo a seguir na figura 12:

Existe no Município de Tabatinga/AM uma Area de Livre Comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial.				
Concordo ()	Concordo em parte ()	Não concordo/Nem discordo ()	Discordo em parte ()	Discordo ()
5 pontos	4 pontos	3 pontos	2 pontos	1 ponto

Figura 12- Exemplo de afirmativa e escala de concordância apresentada nas avaliações

Observamos então na figura acima, um exemplo que nos leva a entender como chegamos às médias de cada afirmativa apresentada na Tabela 7, considerando que cada afirmativa apresenta uma pontuação de acordo com a opção de escolha do respondente é possível quantificar as respostas e obter as médias para análise.

Superada as dúvidas, seguimos nas análises. Recorrendo ao conjunto de médias apresentadas por cada afirmativa na Avaliação Inicial encontramos Af7 com a menor média entre o grupo (3,00), este fato também ocorre na Avaliação Final, ainda que tenha acontecido uma melhora na média desta afirmativa (3,70). Transcrevemos a afirmativa Af7 a seguir para uma melhor análise e buscarmos uma explicação para este comportamento.

A Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT atingiu sua finalidade, ou seja, promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste do Estado do Amazonas.

Precisamos aqui fazer algumas ponderações com base nas observações feitas durante a Oficina Pedagógica, nos indicativos econômicos do Município e na realidade observada *in loco* do extremo oeste do Estado do Amazonas, na tentativa de melhor explicar o caso. Primeiro precisamos desconstruir a afirmativa e ressaltar que na verdade, a Área de Livre Comércio do Município de Tabatinga foi implantada com a finalidade de promover o desenvolvimento da região (Art. 1º Lei 7.965, 1989). Portanto, quando afirmamos que a ALCT atingiu sua finalidade e apresentamos a um grupo de sujeitos para avaliar seu nível de concordância, o mesmo se depara com um dilema.

Ora, os sujeitos moram na região, conhecem a realidade, entendem as potencialidades, enfrentam as dificuldades, porém não é confortável afirmar que residem em uma região de desenvolvimento mediano, como apontou o estudo da (INTEGRAÇÃO, 2005) quando afirmam elevados índices de analfabetismo, baixa formação de mão-de-obra, etc., isso atinge o brio do cidadão. Neste sentido, entendemos ter sido de melhor grado, para os participantes, apresentarem certa neutralidade quanto ao que foi afirmado.

Mas quanto à afirmativa? Realmente reconhecemos, quando obtivemos os resultados, que na verdade não estávamos diante de uma afirmativa, mas sim de uma negativa, uma vez que a ALCT não atingiu, até o momento, e afirmamos isso com base em indicadores econômicos e resultados dessa pesquisa, sua finalidade. Esta constatação nos fez inverter os valores das pontuações da afirmativa (negativa) no momento de quantificar suas médias, passando a pontuar com 5 quem discordava e assim sucessivamente, respeitando a pontuação de cada resposta. Aqui é importante destacar o que diz (WEISZ; SANCHEZ, 2002, p. 95) quando afirma que a avaliação da aprendizagem é também a avaliação do trabalho do professor, já que o ensino deve ser planejado e replanejado em função das aprendizagens conquistadas ou não.

De outro modo, quando voltamos os olhos para a Avaliação Final apresentada na Tabela 7 encontramos 4 (quatro) afirmativas que nos chamam atenção. São elas: Af1; Af3; Af9 e Af12. Essas afirmativas são similares quanto à pontuação máxima possível de serem atingidas (5,00), lembrando que temos 10 sujeitos respondendo, portanto uma unanimidade. Mais uma vez recorreremos às transcrições para melhor analisarmos.

O município de Tabatinga/AM está localizado na Faixa de Fronteira brasileira, no Arco Norte e na Sub-Região IV do Alto Solimões. (Af1)

A Área de Livre Comércio de Tabatinga foi estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo Oeste do Estado do Amazonas. (Af3)

A Área de Livre Comércio de Tabatinga - ALCT está sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. (Af9)

Descaminho é a prática de Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014). (Af12)

É possível observar que as afirmativas foram totalmente entendidas quanto ao município de Tabatinga está localizado na faixa de fronteira e demais delimitações, de igual entendimento estão as situações quanto à finalidade e quem administra a ALCT, bem como a prática de descaminho que ocorre na região.

Se fizermos um compilado das afirmativas e tentarmos chegar a uma conclusão de ideias que o grupo, de forma unânime, comportou-se quanto às afirmativas avaliadas com pontuação máxima, poderemos ousar em afirmar o seguinte:

A consciência de entender a importância da localização do município de Tabatinga no cenário nacional, regional e estadual, somada à finalidade que a ALCT tem no município desde sua implantação até os dias atuais, ou seja, promover o desenvolvimento do extremo oeste do Estado do Amazonas despertam, no grupo, um sentimento de inconformismo com a passividade dos órgãos e agentes públicos responsáveis pela administração da ALCT e identificam como um dos possíveis problemas a prática de descaminho. Vamos observar o que diz o Diagnóstico socioeconômico e Propostas para o desenvolvimento da ALCT elaborado pela SUFRAMA:

A estratégia do Governo Brasileiro, ao implantar áreas de livre comércio na Amazônia, foi o de promover a integração desses municípios com o restante do país, atrair e fixar a população naquelas localidades e gerar emprego e renda por meio do fortalecimento dos setores comercial, agroindustrial e extrativista (SUFRAMA, 2014, p. 06).

Se atentarmos para a justificativa da Suframa em seu diagnóstico e o comportamento das respostas dos alunos, entendemos facilmente que a estratégia do governo brasileiro é falha e que precisa ser repensada, no mais é perfeitamente compreensível o inconformismo dos participantes uma vez que a proposta de gerar emprego e renda por meio do fortalecimento dos setores, neste trabalho o extrativismo, está longe de ser uma realidade.

Observamos aqui o nascimento do conhecimento, certamente implantado de tal maneira que jamais será esquecida, possibilitando quem sabe, transformações de comportamento desses indivíduos quanto à realidade que se deparam, entendendo que existem sim, meios de mudarem a realidade e que para isso precisam colaborar com atitudes proativas individuais e coletivas para realização deste despertar. De igual modo afirma (Içami Tiba, 2011, p. 33) em seu livro Pais e Educadores de Alta Performance, dizendo que “uma educação equilibrada, cuja responsabilidade inalienável, da família e da escola, construirá adultos felizes, éticos e competentes”.

Na Figura 13 a seguir apresentamos as médias das afirmativas em cada avaliação e a grande média, que é o resultado da média geral das avaliações Inicial e Final.

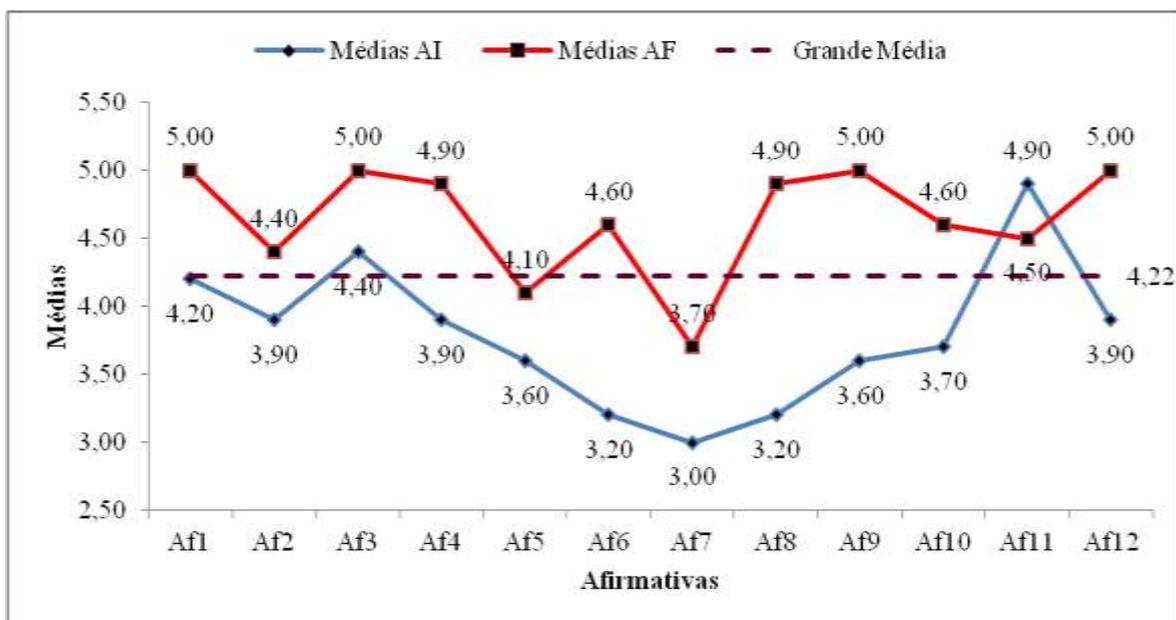


Figura 13. Média das afirmativas em AI, AF, entre AI e AF e a grande média.

Ao analisarmos o gráfico apresentado na Figura 13 observamos que a grande média das afirmativas foi de 4,22 pontos. Partindo desta análise constatamos que na Avaliação Inicial (AI), apenas duas afirmativas (**Af3** e **Af11**) ficaram acima da grande média. Ao passo que mudando a linha de observação para (AF), o que encontramos é a situação de duas afirmativas (**Af5** e **Af7**), estarem abaixo da grande média.

Outra observação interessante de ser novamente destacada, pois se apresenta com maior clareza neste gráfico, é o comportamento da afirmativa **Af7**, que apresenta a menor média entre todas as médias avaliadas; e **Af11**, que apesar de ficar acima da grande média, apresenta um comportamento decrescente de interpretação, ou seja, ela parte na (AI) com média de 4,90 e termina na (AF) com 4,50 pontos.

Para tentarmos entender o que ocorreu neste último caso transcrevemos as afirmativas **Af11** e **Af12** a seguir.

Contrabando é a prática da importação ou exportação clandestina de mercadorias e bens de consumo que dependem de registro, análise ou autorização de órgão público competente. (Af11)

Descaminho é a prática de Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014). (Af12)

Observe que as duas afirmativas abordam assuntos correlatos, contrabando e descaminho. Ao analisar as médias nas duas avaliações foi possível concluir que na (AI) os respondentes acreditavam que o contrabando fosse a prática de crime fiscal predominante na fronteira, tanto que essa esta afirmativa **Af11** obteve quase a média máxima (4,90), enquanto a afirmativa **Af12** obteve média bem inferior (3,90). Contudo, se formos à linha de avaliação final (AF) e compararmos as duas afirmativas, encontramos um salto da **Af12** para a média máxima (5,00) e a **Af11** uma leve queda (4,50), gerando, talvez, certa dúvida de entendimento se o contrabando de fato pode ser definido como afirmado.

Essa dúvida pode ser explicada de acordo (ADRIANA DORFMAN 2009 apud EUZÉBIO 2015, p. 149), quando se refere às cidades gêmeas de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Rio Grande do Sul):

A população da(s) cidade(s) compra aquilo que usa em ambos os lados da fronteira, o que se pode chamar contrabando cotidiano, facilitado pelo trânsito livre e pela concentração da população junto à linha fronteira (p.7).

Se analogicamente analisarmos a realidade de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Amazonas) e partirmos da prática similar apontada pela autora ocorrida entre as duas cidades aqui apontadas, facilmente podemos compreender a dúvida que os respondentes tiveram em concordar com a prática de contrabando afirmada pela legislação. Explicando a situação das afirmativas em discurso.

4.3 Os Resultados e Narrativa da Oficina Pedagógica em Imagens

Nesta etapa dos resultados e discussões nos utilizaremos dos recursos visuais para, de forma narrativa, discorrer sobre o período que compôs a fase de coleta de dados. Durante este período foi realizada a Oficina Pedagógica **Potencialidade da Área de Livre Comércio de Tabatinga na Cadeia Produtiva do Pescado do Alto Solimões**.

Eleito o modelo de trabalho e selecionado o grupo de sujeitos participantes da pesquisa dividimos em etapas as atividades que compuseram a Oficina Pedagógica. Foram elas:

Avaliação de desempenho, exposição dos conteúdos, discussões e elaboração do material de divulgação, socialização aos pescadores do conhecimento adquirido na Oficina Pedagógica, e por fim, o *feedback* (retorno) dos participantes da Oficina, após participarem de todas as etapas, através de uma questão subjetiva e auto avaliação da vivência durante a realização dos trabalhos.

Na Figura 14 apresentada a seguir é possível observar os sujeitos participantes da pesquisa obtendo o primeiro contato com uma das avaliações propostas para analisar, como visto anteriormente no item 4.2, o nível de aprendizado e percepção de entendimento das afirmativas. Estamos falando da ferramenta conhecida como escala de Likert, já definida anteriormente.

É interessante ressaltar que entre as duas avaliações aplicadas em momentos distintos da Oficina, o comportamento dos sujeitos apresentaram uma leve alteração entre os dois casos. Foi observado que na Avaliação Inicial, quando apresentada as afirmativas, os alunos levaram mais tempo para marcarem seus níveis de concordância quando comparado com a Avaliação Final. As Imagens A e B da Figura 14 capturam muito bem esse momento de longas e concentradas leituras de um material de apenas três laudas.



Figura 14. Imagens da aplicação do questionário usando escala de Likert aos participantes da Oficina Pedagógica sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT.

Este comportamento dos sujeitos pode ser explicado pela perspectiva da insegurança ou incerteza predominante de que as pessoas, diante de um desafio, se julgam não estarem preparadas para resolvê-los. Contudo, (WEISZ; SANCHEZ 2002, p. 94) nos lembra de que explorar e investigar ideias e representações prévias é importante porque permite saber de onde vai partir a aprendizagem que queremos que aconteça.

Como bem sabemos não é comum, ao iniciarmos a abordagem dos conteúdos propostos de uma aula, aplicarmos qualquer tipo de avaliação, independente de qual seja. De igual modo, isso foi encarado com certa estranheza pelos sujeitos que, não entendendo muito bem sobre como deveriam proceder, optaram por serem cautelosos e concentraram muito mais esforços no primeiro momento, na tentativa de “acertarem” as respostas, do que no segundo momento de avaliação.

Tendo mapeado o conhecimento prévio dos alunos, nessa espécie de avaliação inicial, e pondo em prática as situações planejadas para avançar, o professor passa a precisar de um outro instrumento para verificar como eles estão progredindo, já que o conhecimento não é construído igualmente, ao mesmo tempo e da mesma forma a todos (WEISZ; SANCHEZ, 2002, p. 94).

De outro modo foi interessante perceber que, à medida que os conteúdos eram explicados e debatidos com os sujeitos durante a exposição da Oficina, automaticamente estes interagiam referenciando suas respostas às afirmativas do teste, na tentativa de lamentarem ou compartilharem um êxito que obtiveram durante a avaliação. Este comportamento demonstra que a técnica de aplicarmos uma avaliação no início das atividades, onde os participantes ainda não possuem, em tese, conhecimento satisfatório do que será trabalhado, desperta atenção, motivação, comprometimento e vontade de sanarem suas dúvidas quanto ao seu desempenho.

Esta motivação espontânea dos alunos de querer aprender para saberem se foram bem sucedidos nas suas respostas oportuniza ao professor o momento de explorar ao máximo o assunto, debater o conteúdo e despertar o interesse no aprendizado, como nos alerta GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, (2004, p. 147) quando descreve que a motivação

intrínseca do aluno não resulta de treino ou instrução, mas pode ser influenciada principalmente pelas ações do professor.

Seguindo a narrativa, as imagens A, B, C e D da figura 15 mostram diferentes momentos da etapa de socialização do conhecimento. A Socialização do conhecimento é o momento em que o professor expõe o conteúdo aos sujeitos participantes da pesquisa. Aqui temos uma das fases fundamentais para o sucesso dos trabalhos, justamente porque queremos nivelar o conhecimento dos sujeitos na tentativa de desenvolver as próximas atividades, ou seja, construir um material informativo em conjunto e socializar para um público externo.

A etapa de socialização pode ser caracterizada, neste caso, como “instigação”, ou seja, procurou-se fazer correlação entre o conteúdo trabalhado e a realidade vivida no cotidiano dos sujeitos, esta técnica incita os participantes a opinarem, concordarem, discordarem, debaterem, discutirem e chegarem a conclusões que contribuam para o crescimento coletivo da turma, exatamente como afirmam Paviani e Fontana (2009, p. 78) ao lembrarem que um dos caminhos possíveis é a construção de estratégias de integração entre pressupostos teóricos e práticos, o que, fundamentalmente caracteriza as oficinas pedagógicas.

Isto é excelente para o processo de ensino-aprendizagem e conseqüentemente para a fixação do saber. Observou-se também a vontade de formularem estratégias que contribuíssem para a mudança de comportamento e da realidade na qual estão inseridas, como é possível acompanhar na auto avaliação de um dos participantes a seguir:

"As informações que foram debatidas dentro da oficina, agregaram conhecimentos muito importantes para a minha vida acadêmica e pessoal, acredito que mais pessoas precisam também ser alcançadas com essa informação, principalmente os jovens e adolescentes que ainda podem lutar por um Amazonas melhor gerando desenvolvimento para a nossa região".

Podemos perceber que o sujeito reconhece a importância do conhecimento para sua vida acadêmica e pessoal, de igual modo expressa sua vontade de alcançar os jovens da região com o que acabara de aprender, numa evidente manifestação de entender que a mudança pode ocorrer a partir da educação e socialização do conhecimento, enfatizando inclusive uma classe jovem, explicado quem sabe, por uma expectativa de vida maior e pelo espírito lutador, ou seja, inconformismo com a realidade atual e na crença de um futuro melhor através do desenvolvimento regional.



Figura 15. Imagens da exposição dos conteúdos sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT aos participantes da Oficina Pedagógica. Processo de socialização do conhecimento.

Na socialização do conhecimento a ideia é fazer que todos os sujeitos participantes atinjam um nível satisfatório de entendimento e domínio do que está sendo debatido, no intuito de nivelar o saber junto ao grupo, e a partir de então, todos estarem aptos e se sentindo parte do processo e com desejo de contribuir, ou seja, o pesquisador/professor precisa se esforçar ao máximo para que os sujeitos aumentem seus conhecimentos próximo ao seu nível de entendimento, e a partir daí não haverem mais a figura de professor e discente, mas sim de um grupo coeso e com um único objetivo, aprender.

Realmente nos alegramos ao encontrar nas ideias de Cuberes *Apud* Vieira e Volquind (2002, p. 11) o conceito de oficina similar ao que chamamos aqui de socialização do conhecimento, já que o define como “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilibrações que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”.

Para que isto ocorra é importante que no início das atividades sejam explicados os objetivos que se buscam alcançar, o diálogo tem que ser honesto e requerer comprometimento generalizado, uma vez que todos estão reunidos de forma voluntária e com o querer em comum, a busca pelo conhecimento. Este diálogo sincero contribui sobremaneira para a desconstrução da formalidade; para o nivelamento dos sujeitos, inclusive do professor com a

turma; e para que o comum, ou seja, uma exposição de conteúdos se torne na verdade um grande “bate papo”, uma discussão e vários debates onde todos se sentem confortáveis para interagirem, exporem suas opiniões e não terem medo de se sentirem censurados com suas ideias.

Neste sentido, diferente da formação técnica ou instrumental, realizar oficinas significa agir em sintonia com os alunos (VOLQUIND, 2000, p. 78). Portanto, o professor/pesquisador se torna na verdade um moderador de um debate que flui naturalmente e que contribui para o crescimento mútuo do grupo, onde todos participam, sentem-se importantes, opinam sem restrições e chegam a conclusões interessantes, às vezes, engraçadas e sem muito proveito, porém a descontração impera e o saber é fixado.

Ainda na tese de tornar a etapa de socialização mais prazerosa para todos os participantes é importante que o condutor das atividades busque métodos diversificados de socializar o conhecimento, não massacrando os sujeitos apenas com exposição de conteúdos e muita oratória, isto é cansativo e pouco eficaz. A utilização de ferramentas tecnológicas como vídeos e projeções é uma boa alternativa, (MORAN, 1995, p. 27-35) afirma que o vídeo, na concepção dos alunos, significa descanso e não “aula”.

De igual modo debates, a partir de um ou vários problemas propostos para discussão após correlacionar com assuntos em comum e de interesse do grupo, além de desafios e demonstração de resultados. Portanto, apresentar um tema, fazer correlação com o real encontrado no cotidiano, debater, discutir e buscar alternativas para entender e solucionar o problema apresentou-se como um método muito eficaz de participação, comprometimento e de ensino-aprendizado. Vejamos a abordagem humanista de (MIZUKAMI, 1986, p.?) para a educação neste sentido:

Trata-se da educação centrada na pessoa, já que nessa abordagem o ensino será centrado no aluno. A educação tem como finalidade primeira a criação de condições que facilitam a aprendizagem de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual como emocional, seria a criação de condições nas quais os alunos pudessem tornar-se pessoas de iniciativas, de responsabilidade, autodeterminação que soubessem aplicar-se a aprendizagem no que lhe servirão de solução para seus problemas servindo-se da própria existência. Nesse processo os motivos de aprender deverão ser do próprio aluno (MIZUKAMI, 1986, p.?).

Seguindo nesta visão, passamos a discorrer sobre a próxima etapa que compôs nossa Oficina, a construção de um material informativo que deveria ser apresentado a um grupo de pescadores da região do Alto Solimões. Aqui é importante lembrarmos que estamos falando de um tema extremamente técnico, pois envolve legislação, ou seja, uma Lei específica e que por si só, já representa certo distanciamento de públicos não afins. Portanto, desafio proposto. Como atingir esse público com um tema tão singular? Aqui nos valem mais uma vez da orientação de (SOLDATELLI PAVIANI, 2010, p. 79) onde define oficina como uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos, foi o que fizemos.

A primeira ideia proposta foi elaborar uma cartilha informativa com perguntas e respostas, algo similar a uma história em quadrinhos, onde dois personagens, ambos pescadores, encontravam-se e iniciavam um diálogo sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga, a história iria se desenrolando com perguntas e respostas entre os “cumpades” até que a conversa rumasse para os incentivos da pesca e concluíssem eufóricos, a buscarem seus direitos junto ao órgão competente. Porém, o fator tempo, a falta de conhecimento em manusear *software* de desenho dentre outros, não era favorável para a utilização desta

solução. As imagens a seguir da figura 16 ilustram o processo de construção do material e as tentativas de solucionar o desafio.



Figura 16. Imagens demonstram a sintetização do conteúdo e construção do material informativo sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT pelos participantes da Oficina Pedagógica.

Após diversas discussões e debates, como orientado por (SOLDATELLI PAVIANI 2010), concluímos que poderíamos fazer uma breve apresentação aos pescadores projetando, de forma dinâmica, ilustrativa e com objetividade as informações pontuais da legislação à causa específica, ou seja, os incentivos da ALCT para a pesca. Após consenso foi preciso dividir os trabalhos já com o pensamento para o dia da apresentação. Neste momento nos valem da Dinâmica de Grupo, um dos assuntos preferidos da Teoria das Relações Humanas. Kurt Lewin¹, o fundador da Escola da Dinâmica de Grupo, introduziu o conceito de equilíbrio para explicar os processos grupais e os hábitos sociais como sendo vivos e dinâmicos.

O grupo não é apenas um conjunto de pessoas, mas envolve interação dinâmica entre pessoas que se percebem psicologicamente como membros de um grupo. Os membros de um grupo se comunicam entre si de maneira direta e face a face, razão pela qual cada membro influencia e é influenciado pelos outros membros do grupo. Além disso, o grupo apresenta as seguintes características: uma finalidade, ou seja, um objetivo em comum; uma estrutura dinâmica de comunicação e uma coesão interna. (CHIAVENATO, 2003, p. 118).

Percebam que Chiavenato ao citar Lewin enfatiza a dinâmica entre pessoas como sendo percepção psicológica e finaliza apresentando as características do grupo em objetivo comum, estrutura dinâmica de comunicação e coesão interna. Isso foi exatamente o que observamos na realização desta etapa dos trabalhos na Oficina. O grupo, após reconhecer que tinham um objetivo em comum, rapidamente organizou-se, dividiram as tarefas e em questão de horas concluíram os trabalhos, sempre interagindo com dinamismo e coesão.

Nesta etapa dos trabalhos observou-se uma motivação incomum em relação a trabalhos ou atividades propostas em sala de aula. Geralmente quando professores propõem atividades em grupo para serem desenvolvidas em sala de aula, o que se observa são muitas conversas paralelas ao tema e muita descontração, geralmente os trabalhos são feitos por poucos membros do grupo e os demais sobressaem como “mochilas”, ou seja, nas costas. Já no caso da Oficina o que observamos foi um comportamento dinâmico e de participação unânime, eficiência e eficácia presente e resultados atingidos com êxito.

A explicação para essa distinção de comportamento pode ser resultado de duas hipóteses que levantamos na tentativa de entender o que ocorreu: (I) acreditamos está relacionado com o fato de no início das atividades, ter tido aquela conversa pautada na sinceridade e na busca do conhecimento, como já foi dito anteriormente. Seguramente isso fez muita diferença ao perceberem, que não havia ali, a figura de um indivíduo com maior ou menor conhecimento, mas sim que todos, juntos, construiriam um saber diversificado; a segunda hipótese que acreditamos contribuir para este comportamento do grupo está relacionada ao desafio proposto, ou seja, o grupo sabia que tinham um desafio à frente, eles seriam expostos a um grupo de sujeitos fora de sua zona de conforto, seriam postos à prova para a sociedade, e naquele momento estariam representando não mais o indivíduo, mas sim o grupo, a turma a que pertencia, o curso que seria reconhecido como profissional e finalmente a Instituição que os certificariam. Essa carga de responsabilidade nos pareceu ser fator motivador suficiente para que os mesmos se empenhassem além do que costumeiramente fazem.

¹ **Kurt Lewin**, psicólogo alemão-americano, viveu entre 1890 e 1947. A *Dynamic Theory of Personality* (1935; Teoria dinâmica da personalidade), uma das principais Obras Literárias de sua autoria.

Entretanto ao conhecermos a caracterização do “estilo motivacional do professor” levantado por Guimarães; Boruchovitch (2004, p. 147) nos questionamos quanto às hipóteses anteriormente apresentadas, se não vejamos:

O estilo motivacional refere-se à crença e confiança do professor em determinadas estratégias de ensino e motivação. Estas habilidades, passíveis de aprendizagem, incluiriam tomar a perspectiva da outra pessoa, reconhecer seus sentimentos, usar linguagem não-controladora, oferecer informações importantes para tomadas de decisão, entre outras. O estilo motivacional do professor é considerado, portanto, uma característica vinculada à personalidade, mas é vulnerável a fatores sócio-contextuais como, por exemplo, o número de alunos em sala de aula, o tempo de experiência no magistério, o gênero, a idade, as interações com a direção da escola, as concepções ideológicas, entre outros (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH 2004).

Diante de todas essas hipóteses e estilo levantado pelo autor supracitado, acreditamos que a soma dos fatores pode ter influenciado nos comportamentos e resultados apresentados pelos sujeitos. Estamos, portanto, diante de uma notória oportunidade de trabalharmos o ensino-aprendizado com essas técnicas de construção do saber e desafios propostos no intuito de obtermos alunos com níveis de comprometimento elevado e conseqüentemente, fixado o saber e superado o desafio, futuros profissionais motivados, confiantes, preparados e diferenciados para o mercado. É muito perceptível que os resultados de aprendizagem de grupos que participam da elaboração das tarefas e constroem material didático são superiores em relação a grupos de sujeitos que apenas são ouvintes de uma exposição ou palestra de um determinado tema.

Seguindo a proposta narrativa das etapas que compuseram os trabalhos abordaremos o dia do desafio, ou seja, da exposição dos conteúdos trabalhados na Oficina aos pescadores. Como podemos observar nas imagens a seguir da Figura 17, a exposição ocorreu no Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga com a participação de alguns pescadores filiados e que exercem funções administrativas no Sindicato. A escolha do sindicato como local de exposição nos pareceu oportuna por dois motivos.

Primeiro pelo teor do tema abordado, costumeiramente são os Sindicatos que utilizam da legislação para buscarem incentivos às suas classes; e segundo pelo quantitativo potencial a ser atingido com as informações repassadas ao grupo da Diretoria do Sindicato, afinal o Sindicato possui filiados em 35 das 62 comunidades ribeirinhas que tem a pesca como atividade econômica predominante, além de 62 indígenas e representantes de municípios de Benjamim Constant, São Paulo de Olivença e Amaturá totalizando em torno de 420 (quatrocentos e vinte) pescadores, como nos informou o senhor João Salvador, vice-presidente do Sindicato e pescador a mais de 50 anos na região.

Nesta etapa dos trabalhos, além do foco principal, que era a exposição do conteúdo da ALCT aos pescadores, existia também a participação de grupos de discentes da Oficina desenvolvendo atividades de “pano de fundo” como coleta de imagens e vídeos, entrevistas e apoio logístico de deslocamento e gestão dos equipamentos do grupo.

Considerando a singularidade e os grupos envolvidos que participavam do evento tivemos oportunidade de fazermos análises sobre duas óticas distintas, discentes participantes da Oficina e pescadores que receberam as informações. Neste sentido, e diante da atividade de campo, atentamos para o que diz (VIVEIRO; DINIZ, 2009, p. 163-190) em relação a esta prática:

As atividades de campo constituem importante estratégia para o ensino de Ciências, uma vez que permitem explorar uma grande diversidade de conteúdos, motivam os estudantes, possibilitam o contato direto com o ambiente e a melhor compreensão dos fenômenos. Para tanto, é imprescindível que sejam bem preparadas e adequadamente exploradas.

Percebemos que os autores atentam para as riquezas que são postas à ciência quando se trata de atividades de campo: diversidade de conteúdo, motivação, contato com o ambiente e compreensão dos fenômenos, além de enfatizarem o planejamento para que todas as oportunidades sejam muito bem exploradas. Isto é exatamente o que fizemos.





Figura 17. Discentes da Oficina Pedagógica interagem com os pescadores abordando o potencial da ALCT para as atividades de pesca.

O primeiro contato entre o grupo de pescadores e os discentes participantes da Oficina foi marcado pela cortesia e respeito mútuo. Percebemos que no primeiro momento da visita existia certo distanciamento entre as partes, contudo aos poucos este espaço foi sendo dissipado pela interação e conversas paralelas informais. Após definição do local onde seriam feitas as projeções e montagem dos equipamentos aconteceram as devidas e necessárias apresentações formais entre o grupo de estudantes/pesquisadores, que iriam apresentar o trabalho da ALCT, e os pescadores do Sindicato (imagem C).

Superada as cordialidades de apresentação foi dado início à exposição do conteúdo por duas alunas participantes da Oficina (imagem D). É preciso nesse momento destacar o material construído e a maestria e domínio de assunto que as alunas demonstraram ao fazerem as explanações. Observa-se na figura 18 a sintetização dos conteúdos que foram apresentados objetivando passar informações pontuais aos pescadores.

Acompanhando quadro a quadro a seguir é possível identificar que a preocupação foi de conceituar a Área de Livre Comércio de Tabatinga - ALCT, explicar a finalidade, identificar a Legislação que dispõem sobre a Área, quem é responsável por administrá-la, a delimitação, o que é e o que não é incentivado e alguns dados quantitativos da pesca na região.

Naquele momento da apresentação, as alunas tiveram a destreza em explicar que a Área de Livre Comércio é um espaço geográfico de uma determinada localidade que foi incentivado pelo Governo na esperança de desenvolver àquela região, neste sentido recorreram ao quadro branco para desenhar e utilizaram imagens para melhor exporem essas condições.

Quando foram repassadas as informações da finalidade da ALCT, que é promover o desenvolvimento da região de fronteira (BRASIL. LEI 7.965, 1989) e o ano de promulgação da Lei, percebemos na fala das expositoras certo inconformismo, incredulidade e porque não dizer revolta, diante da oportunidade que estava sendo desperdiçada durante tanto tempo e que poderia mudar a realidade social e econômica de toda uma classe de trabalhadores. Provavelmente esta postura foi aflorada ao se depararem com os olhares daqueles pescadores com expressão castigada de anos de trabalho ao sol. Em seguida, focaram nos incentivos, demonstrando que existe previsão legal de beneficiamento de pescado para a região.

Neste momento, os pescadores se manifestaram e começaram a contribuir com suas experiências de trabalho, transformando a palestra em uma coletiva de perguntas e respostas de ambos os lados (imagem F). Destacou-se o lamento dos pescadores ao relatarem que são

reféns dos colombianos que determinam a classificação e valor do peixe comercializado, entendendo que deveria existir no lado brasileiro, uma indústria de estocagem e beneficiamento do pescado, criando melhores condições de trabalho e lucratividade de sua atividade econômica, a pesca.

 <h2>ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE TABATINGA</h2>	<h3>Área de Livre Comércio</h3> <p>São regiões de incentivo tributário que surgiram a partir do aprimoramento de políticas de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental.</p> <p>A <u>Área de Livre Comércio</u> de Tabatinga foi criada em 22 de dezembro de 1989. É uma área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste do Amazonas.</p>
<p>A Lei nº 7.965/89 determina que, (ALCT) ficará sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. <u>Aplica-se à ALCT no que couber a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus.</u></p>	<h3>Delimitação da ALCT</h3>  <p>Tabatinga, Brasil Leticia, Colômbia Rio Amazonas Rio Solimões</p>
<h3>Incentivos com a suspensão do II e IPI – Lei nº 7965/89</h3> <ul style="list-style-type: none">• I - ao seu consumo interno;• II - ao beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;• III - à agropecuária e à piscicultura;• IV - às atividades de construção e reparos navais;	<h3>Excetuam-se dos incentivos – Lei nº 7965/89</h3> <p>Excetuam-se do regime fiscal previsto neste artigo, e não gozarão de isenção, os seguintes produtos: armas e munições, perfumes, fumos, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e bens finais de informática.</p>



Figura 18. Material apresentado aos pescadores por meio de projeção

A partir deste momento os alunos perceberam a importância do conteúdo que eles estavam repassando, considerando a interação, perguntas e contribuições dos pescadores às suas falas, rapidamente se encarregaram de concluir sua exposição de conteúdo e aproveitaram para aprender muito mais com os relatos e experiências repassadas pelos pescadores de suas atividades diárias.

Aqui encontramos o que Viveiro e Diniz (2009) falam sobre a relação de estudo entre os seres, incluindo a interação do homem nesse espaço, explorando aspectos naturais, sociais, históricos, culturais, entre outros.

Ao perceberem que estávamos abordando um assunto que envolvia incentivos tributários, comerciais e da possibilidade de financiamentos para empreendimentos, os pescadores demonstraram segurança para relatarmos sobre suas atividades, evidenciando que reconhecem a potencialidade de seu ramo e o quanto estão desassistidos pelo Estado.

Narraram que a prática da pesca na região abrange o alto, médio e, em alguns casos, até o baixo Solimões, estamos falando de aproximadamente 1.000 km de extensão de área de pesca, uma vez que foi citado o município de Manacapuru (distante 1.038,89 km da fronteira) como sendo um grande fornecedor de peixes. O destino sempre é a cidade de Letícia na Colômbia. Explicaram que o mercado colombiano compra apenas os peixes lisos, acredita-se que a preferência é influência cultural, os peixes de escama ficam no mercado brasileiro de Tabatinga-AM, portanto não há concorrência entre os mercados nacional e internacional.

Estas constatações também foram apontadas, em parte, por (EUZÉBIO, 2015):

Nessa região do Alto Solimões a área potencial de pesca brasileira é maior que a dos demais países, sobretudo dos “peixes de couro”. Esses peixes têm baixa aceitação no mercado brasileiro, no entanto são considerados nobres na Colômbia. Letícia reúne o pescado regional, os congela in-natura em seus frigoríficos e vende para o centro da Colômbia e exportação para a Europa, Argentina e Chile constituindo uma importante fonte de renda e entrada de divisas a cidade de Letícia (p. 83).

Entretanto ficou claro em suas narrativas que o mercado brasileiro é pouco significativo em relação ao mercado colombiano e o foco da conversa passou a ser exclusivamente a comercialização para a cidade de Letícia-Colômbia. Não foram precisos quanto ao volume de peixe comercializado, porém a referência sempre eram toneladas (t). Explicaram que a comercialização com o mercado colombiano de peixes capturados nos rios brasileiros ocorre há décadas e que não há nenhum tipo de fiscalização dos Órgãos competente quanto aos

peixes que saem do Brasil e entram na Colômbia, ou seja, estamos diante da prática de descaminho. Porém observe o que diz a legislação nesse sentido:

Art. 10. Compete à Secretaria da Receita Federal a vigilância das áreas limites das ALCT e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência da Polícia Federal.

Art. 11. O Poder Executivo adotará providências no sentido de prover os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da ALCT (BRASIL, 1989).

Fica evidente que a legislação não está em sintonia com os relatos dos pescadores, e que a competência de vigilância e a repreensão apontada pela Lei ficam apenas na previsão legal, lamentavelmente.

Finalmente expuseram seus anseios quanto à necessidade de existir, do lado brasileiro, um frigorífico ou indústria que oportunizassem armazenar, e se fosse o caso, beneficiar seus peixes, obrigando ao colombiano vir negociar junto ao mercado nacional e conseqüentemente obterem maior poder de negociação, lucratividade, geração de emprego e renda. Entenderam que estão situados em uma Área incentivada e que existe alternativa legal de financiamento para realizarem este empreendimento. Citamos novamente (EUZÉBIO, 2015) para discutirmos quanto a sua afirmação de que:

A maior parte dos pescadores se submete ao sistema de aviamento da pesca praticado pelos frigoríficos colombianos de Letícia devido aos altos custos e à dificuldade de obtenção de equipamentos e materiais de pesca, associados à indisponibilidade de crédito (p. 83).

Bem verdade que os pescadores se submetem ao sistema de aviamento praticado pelos colombianos em seus frigoríficos, quanto a isso não há discussão, entretanto, quando o autor afirma que isto está atrelado tão somente a dificuldade de obtenção de equipamentos e falta de créditos, temos que discordar pelo menos por dois motivos. (I) a ALCT faz previsão de incentivos, inclusive de créditos (máquinas e equipamentos), caso seja apresentado à SUFRAMA projetos para esse fim e, (II) entendemos que a falta de capacitação profissional, ou seja, de profissionais preparados para utilizarem das previsões legais existentes em benefício dos pescadores é o principal entrave e que gera tal dependência apontada. A educação e capacitação técnica direcionada poderão vir a ser a solução desse problema.

Ao fazermos uma análise desta etapa dos trabalhos, onde os discentes tiveram a oportunidade de exporem o conteúdo teórico da Oficina à prática cotidiana de uma classe profissional, entendemos ter atingindo dois resultados positivos, ensino aprendizagem e ganho social-econômico. O primeiro pode responder ao pertinente questionamento que todo aluno faz ao se deparar com um conteúdo trabalhado em sala. “Onde vou usar isso na minha vida?”. O ganho social-econômico pode ser resumido pela oportunidade que os pescadores receberam através do conhecimento da Legislação da ALCT e de que forma podem ser beneficiados a partir deste dispositivo legal.

Após visita aos pescadores e todo o trabalho de socialização e aprendizado mutuo ocorrido, retornamos ao ambiente Institucional para reunirmos pela derradeira oportunidade com o objetivo de registrarmos os sentimentos dos sujeitos participantes da Oficina Pedagógica sobre tudo que vivenciaram durante a semana (figura 19). Entendendo ser importante a continuidade do moral elevado existente no grupo após o êxito do trabalho de campo, nos reunimos no *hall* de entrada do Instituto, informalmente e com descontração, para a realização desta ultima atividade.



Figura 19. Reunião informal no *hall* do IFAM *Campus* Tabatinga para o *feedback* dos alunos

Nesta oportunidade observamos o sentimento de realização e satisfação muito evidente nos alunos, que ao serem questionados sobre como avaliavam a semana de trabalho e tudo que vivenciaram, de modo quase unânime respondiam que a semana foi ótima, muito proveitosa, aprenderam muito, não tinham ideia de tudo que tiveram conhecimento dentre outras afirmativas nesta direção. Entretanto, para não ficarmos com palavras vagas e sem aprofundamento reflexivo, propomos duas questões para serem respondidas objetivando registrar o retorno da semana.

A primeira pergunta questionava os sujeitos quanto a relevância do assunto abordado na Oficina para o Curso de Administração do *Campus*; e um segundo questionamento buscava induzir o aluno a uma reflexão sobre a semana vivenciada na Oficina e desenvolver um texto auto-avaliativo. Porém, o seguinte tratamento foi desenvolvido na tentativa de analisarmos e chegarmos a conclusões reflexivas sobre as respostas:

Como as respostas foram discursivas e descritas manualmente foi necessário transcrever e tabular os dados ligando o sujeito a sua respectiva resposta, depois foram feitas sintetizações das respostas e retiradas palavras chave. Como esperado, as palavras foram muitas, porém repetitivas ou sinônimas, o que nos permitiu criar categorias e sistematização em grupos e a frequência da citação das palavras (figura 20).

Categories	Grupos de Palavras	Frequencia em que é citado
Profissionais Técnicos	Administração; Administrador; Profissionais de Adm; Tec. de Adm; demanda profissional; Técnico em Agroecologia	8
Legislações	ALCT; ALC; Programas; Adm. Pública	7
Conhecimentos Administrativos	Gerenciamento/ Negócios/ Planejamento/ RH/ Mktg/ Log/ Financiamento	6
Desenvolvimento Regional	Promoção Econômica; Desenvolvimento Regional; Regionalidade; Empresas Municipais	5
Recursos Naturais	Riquezas naturais; exploração; recursos naturais; Responsabilidade Ambiental;	3

Figura 20. Tabulação das respostas à pergunta: Relevância de estudar ALCT no Curso de Administração do *Campus* Tabatinga

Para descrevermos a tabulação acima apresentada utilizaremos a resposta de um dos sujeitos participante da Oficina Pedagógica.

O tema abordado na oficina é de grande relevância para o curso de Adm. Porque caso a ALCT venha a se desenvolver da maneira que foi prevista desde a sua criação, será de suma importância a presença de técnicos em administração, para o bom gerenciamento de toda essa área, tendo em vista que quanto maior for o nº de empresas estabelecidas, maior será a demanda por Técnicos em Administração que tiverem conhecimento a respeito da ALCT.

É possível constatar, após análise, que é relevante o estudo da Área de Livre Comércio de Tabatinga no curso de Administração do *Campus* Tabatinga, somado a isto, devido ao caráter transversal do conhecimento abordado, fica evidente, de forma positiva, a possibilidade de ser objeto de estudo em diversas áreas correlatas. Os conhecimentos administrativos de planejamento, gestão de negócios e outros corroboram para a formação de profissionais qualificados, que explorando as riquezas naturais da região com responsabilidade ambiental contribuirão para a criação de empresas municipais e consequentemente a promoção do desenvolvimento econômico da região.

Esta abordagem de ensino aprendizagem encontra guarita comportamentalista que como bem caracteriza (MIZUKAMI, 1986, p.?), “O conhecimento é uma "descoberta" e é nova para o indivíduo que a faz. O que foi descoberto, porém, já se encontrava presente na realidade exterior”.

As respostas da auto avaliação receberam o mesmo tratamento explicado anteriormente e estão apresentados na figura 21.

Categorias	Grupos de Palavras	Frequência em que é citado
Aprendizado	Assunto interessante; Aprendizado; Conhecimento agregado; Conhecimento; Experiência; Criatividade.	7
Desenvolvimento Regional/localidade	Crescimento municipal; Desenvolvimento Regional; Comércio; Administração.	7
Incentivos	Implantação da ALC; Produtos incentivados; ALCT; Legislação; Aplicabilidade; Importação; Exportação.	5
Metodologia	Jovens; Oficina; Tema; Metodologia; Gratidão; Analista;	5
Problemas da Fronteira	Falta de Fiscalização; Biopirataria, Tráfico; Descaminho; Contrabando; Criminalidade; Tráfico de Drogas; Exoneração Fiscal	3

Figura 21. Tabulação das respostas da auto avaliação da Oficina Pedagógica

Diferente do que fizemos na pergunta anterior, onde utilizamos a resposta de um sujeito para descrever a tabela, desta vez, na auto avaliação, unificamos diversas escritas e chegamos a esta afirmativa: “A oficina foi ótima, de modo inteligente e criativo abordou o tema Área de Livre Comércio de Tabatinga que trouxe aprendizado e conhecimento sobre os incentivos e a finalidade de desenvolver a região, contudo problemas como o contrabando, descaminho, falta de conhecimento e outros dificultam atingir este objetivo”.

Observem que o aprendizado, quase que unânime, aparece de diferentes formas sendo referenciado pelos sujeitos, isto nos dá segurança para afirmarmos que os métodos, a abordagem, as tarefas, e etapas de trabalho que foram desenvolvidos durante a Oficina Pedagógica atingiram resultados satisfatórios de conhecimento, e porque não dizer de cidadãos conscientes e sensibilizados com a causa. De igual modo, a percepção de que quase todos saem com a certeza de que pode haver desenvolvimento na região devido a sua localização estratégica e por existir a Área de Livre Comércio no município, nos demonstra claramente a necessidade de trabalharmos esse assunto com maior divulgação e para públicos maiores instigando diversas classes da região, na tentativa de se beneficiarem com os incentivos já previstos na legislação e diminuir os problemas enfrentados na fronteira.

4.4 Análises das Entrevistas e Discussão dos Resultados

A partir deste ponto iniciaremos as análises das entrevistas que ocorreram no Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga. Ainda no dia da visita ao Sindicato, onde foram feitas todas as trocas de saberes e experiências narradas anteriormente, aproveitamos a oportunidade para entrevistarmos três pescadores.

Os objetivos eram simples: caracterizar os indivíduos, registrar de que forma receberam as informações repassadas sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga, se de alguma forma existia influência da ALCT na prática profissional deles e por fim, saber como eles comercializavam seus peixes, o que de certa forma já havia sido explicitado no momento da palestra, como já descrito anteriormente. Todavia continuamos com a estrutura de perguntas e passamos a coletar as informações.

Ressaltamos que as entrevistas foram feitas pelos sujeitos participantes da Oficina Pedagógica (figura 22) sob a supervisão do professor/pesquisador. Esta etapa foi planejada ainda na Oficina, onde foram definidos os entrevistadores, a estrutura de perguntas, o que objetivava coletar e com que finalidade, além de realizarem ensaios simulando entrevistadores e entrevistados na tentativa de “quebrarem o gelo” e ganharem experiência para o dia das entrevistas.



Figura 22. Alunos entrevistando os pescadores e fazendo registros de áudio e vídeo.

Antes de irmos às entrevistas permitam-me uma análise na tentativa de evidenciar o processo de ensino-aprendizagem a partir desta atividade aqui apresentada. Mais uma vez ficou evidente que os discentes, alunos ou sujeitos participantes da Oficina, como queiram chamar, demonstraram um nível de interação e comprometimento elevado quando fazem parte do processo, ou seja, quando eles precisam construir algo, ainda que com pouco ou nenhum conhecimento, a atitude de querer fazer e querer aprender de fato impera. Cada vez mais ficamos convencidos que estamos diante de uma excelente metodologia de trabalho na tentativa de fixar o saber junto a grupo de sujeitos. Sabemos que nem sempre é possível trabalhar técnicas diferenciadas de exposição ou socialização de conteúdos além da aula tradicional, porém ousar dizer ser possível. Ferramentas e métodos existem, portanto precisamos despertar em nós, professores, essa vontade de tornar o processo de ensino-aprendizado prazeroso para todos, docentes e discentes.

Dito isso, passamos as entrevistas iniciando pela caracterização dos entrevistados como mostra a figura 23.



Entrevistado 01

Entrevistador: Érick André Lima Machado

Entrevistado: Simeão Caldas Moreira;

Idade: 53 anos;

Profissão: Pescador;

Recurso de gravação: Áudio e vídeo (celular).

	<p>Entrevistado 02 Entrevistador: Ângelo Fabricio Reis Dias Entrevistado: Valdomiro de Castro Flores Idade: 54 anos Profissão: Pescador Recurso de gravação: Áudio (celular)</p>
	<p>Entrevistado 03 Entrevistador: Valci Toesta de Souza Filho Entrevistado: João Salvador Idade: 68 anos Profissão: Pescador Recurso de gravação: Áudio e vídeo (celular).</p>

Figura 23. Caracterização dos pescadores entrevistados pelos alunos

Podemos observar, após caracterizar os entrevistados, que estamos diante de profissionais da pesca com muitos anos de vida, anos que os permitem, por consequência, renderem tempo suficiente de atividade pesqueira, considerando que pescam desde quando eram jovens. São homens experientes e conhecem do que falam. O discurso distante das regras de português, provavelmente fruto da baixa escolaridade, não é fator limitante para exporem seus domínios quanto a tudo que envolva sua atividade profissional, entendem dos rios, peixes, embarcações, comercialização de seus produtos dentre outras.

A seguir apresentamos trechos das entrevistas que acreditamos terem contribuído para desenvolvermos melhores análises e discussões.

Inicialmente questionamos os pescadores com o intuito de registrarmos se tinham conhecimento sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga. Acompanhem parte das conversas.

Em relação ao tema que foi aqui abordado, que foi explanado pelas nossas colegas e pelo professor, o senhor já tinha conhecimento? (ÉRICK ANDRÉ LIMA MACHADO)

Olha! A gente já teve outras reuniões, outros encontros, outras entrevistas dessas com outras pessoas que por aqui já passaram né, que incentivaram a gente, orientaram entendeu? Esses conhecimentos, a gente já tem um pouco né, só falta é a gente se organizar mais e ir atrás, buscar onde tá o recurso (SIMEÃO CALDAS MOREIRA).

Senhor João Salvador, você tinha conhecimento sobre a Área de Livre Comércio de Tabatinga? (VALCI TOESTA DE SOUZA FILHO)

A gente tinha mas não tinha sido explicado igualmente está sendo explicado agora (JOÃO SALVADOR).

Observamos nos dois casos acima que a Área de Livre Comércio de Tabatinga não é tema desconhecido entre os pescadores, ainda que não tenham expressado maiores detalhes sobre o grau de conhecimento, fica evidente que eles entendem que estamos falando de incentivos, chegando ao ponto de um dos entrevistados fazer referência à busca por recursos.

É bem verdade que a ALCT não faz previsão de liberação de recursos, mas sim de isenção e suspensão de impostos. Porém, a possibilidade desses incentivos serem “transformados” em recursos, como bem apontou o entrevistado, é uma possibilidade plausível, caso existam projetos cadastrados junto a SUFRAMA que atendam as exigências do Órgão. Pareceu-nos, na verdade, que esses pescadores anseiam por profissionais que possam auxiliá-los nessa empreitada, uma vez que o encontro com a burocracia, somado à falta de conhecimento os desanimam e findam por priorizarem o que de fato os interessam de imediato, pescar.

Seguindo as entrevistas, questionamos quanto ao impacto que a Área de Livre Comércio de Tabatinga exercia em sua prática profissional, em outras palavras, se a existência de uma ALC trazia alguma influência, seja positiva ou negativa, para os pescadores da Região.

Voltando para a Área de Livre Comércio, qual é o impacto dessa criação dessa Lei, dessa Legislação no seu trabalho. Ele influencia de alguma maneira ou tanto faz se existe ou não? (ÂNGELO FABRICIO REIS DIAS)

Sobre essa Lei, pra mim é como existe ou não existisse, é uma coisa que tanto faz pra mim. Se existisse aqui em Tabatinga, logicamente era muito mais melhor (VALDOMIRO DE CASTRO FLORES).

Isso (ALCT) aprimorou mais seu conhecimento, impactou na sua área de pesca? (VALCI TOESTA DE SOUZA FILHO)

Impactou porque nós temos uma sede da SUFRAMA aqui, a gente sabia mas o que a gente não sabia detalhadamente de que forma a gente podia chegar lá e aí conversar com eles também, ver o que eles diziam e se davam alguma informação pra gente (JOÃO SALVADOR).

Observamos nas respostas, quando questionados sobre o impacto da ALCT nas suas atividades de pesca, que um dos entrevistados chega ao ponto de dizer que a ALCT “é como existisse ou não existisse”, manifestando claramente a insignificância que a legislação exerce sobre a atividade do entrevistado. É extremamente oportuno ressaltar que existem, explicitamente na legislação, incentivos para a atividade de pesca extrativista, piscicultura e beneficiamento de pescado.

Se voltarmos os olhos para a resposta do entrevistado 03 nesta questão, novamente nos deparamos com a falta de conhecimento ou de certa desorientação quanto ao tipo de atitude que deveria ter diante da situação.

Ao questionarmos sobre o impacto da ALCT em sua atividade, o que se buscava como resposta era algo como: sim, nos ajudou a ter incentivos ou; tanto faz, não ajuda em nada. Entretanto, o que observamos é uma tentativa de justificar a falta de conhecimento remetendo-se ao Órgão (SUFRAMA) responsável pela administração da ALCT e sua inoperância frente à causa. Mais uma vez fica evidente que a presença de profissionais com conhecimento de causa contribuiria com a elaboração de trabalhos burocráticos e administrativos, valendo-se dos incentivos legais previstos para desenvolver a classe de pescadores na região.

Finalmente, concluindo as entrevistas, nos valemos do questionamento que abordava sobre a comercialização dos produtos. Vejamos:

Em relação aos seus pescados, para quem e onde o senhor vende? (ÉRICK ANDRÉ LIMA MACHADO)

Olha, a gente vende às vezes para o consumidor aqui dentro do próprio município e outras vezes a gente pra Colômbia né, a maioria das vezes a gente vende pra Colômbia porque é um peixe que a gente vai atrás, consegue pegar ele e que não tem burocracia para vender, apesar de a gente não poder dá o preço do peixe, porque lá na Colômbia você chega com o peixe, você não, não vai dizer vou vender meu peixe a tantos reais o quilo ou quantos mil pesos, eles já tem o preço, lá é tabelado por eles, e agente só entrega o peixe e recebe o valor referente ao tipo de peixe também né, porque como a gente trabalha muito com a Colômbia, lá eles têm várias classificações, do peixe também (SIMEÃO CALDAS MOREIRA).

Então, os maiores compradores vêm a serem os colombianos? (ÉRICK ANDRÉ LIMA MACHADO)

Maiores compradores são os colombianos, com certeza! Apesar de nós pescadores de Tabatinga não abastecer nem o mercado brasileiro né, porque, agora no momento da pra perceber, todo mundo ver aí, quem principalmente quem é tabatinguense, que o peixe agora tá caríssimo né, porque, porque hoje com a quantidade de pescadores que têm, é a maioria vende o peixe para a Colômbia, ai deixa de abastecer o próprio mercado brasileiro. Primeiro, a gente não tem onde estocar esse produto. Na época que a gente pode adquirir ele com mais facilidade, nós não temos aonde estocar, beneficiar ele e estocar para ser vendido para o próprio consumidor em outros momentos (SIMEÃO CALDAS MOREIRA).

Interessante é constatar que o pescador conhece de mercado, ao seu jeito e longe dos bordões comerciais, contudo sua consciência, descrição e práticas sobre o negócio são precisas e conclusivas. Inicialmente o entrevistado lembra dois mercados distintos, porém focando no consumidor, ou seja, seu cliente final. Indicando conhecimento de quem são e onde encontrá-los. Conhecer o cliente e onde encontra-lo é prática fundamental para o sucesso do negócio, considerando que o retorno do trabalho está na venda do produto e consequentemente nos ganhos financeiros. (DORNELAS 2012, p. 158).

Em seguida seu foco volta totalmente para o mercado colombiano, estamos falando de um mercado internacional, porém observem que o pescador explica ser melhor negociar naquele mercado por não ter burocracia! Como assim? Estaríamos falando, em situações convencionais, em exportação, o que por natureza da operação é burocrático. Ainda assim ele relata não haver burocracia vender no mercado colombiano e ainda faz uma ressalva, “*apesar de a gente não poder dá o preço do peixe, (...), eles já tem o preço, lá é tabelado por eles, e agente só entrega o peixe e recebe o valor referente ao tipo de peixe também né, porque como a gente trabalha muito com a Colômbia, lá eles têm várias classificações, do peixe também*”, novamente é absurdo constatar que, apesar de estarmos diante da prática de cartel comercial¹, ainda assim o pescador reconhece não haver burocracia negociar com os colombianos.

Tentando ser racional e buscando uma explicação para esta afirmativa do pescador, que com semblante natural e de muita mansidão, demonstrando inclusive certa gratidão ao que ocorre na região e aos comerciantes colombianos, chegamos ao entendimento de que o pescador, quando se refere à falta de burocracia, faz alusão na verdade, à certeza da venda, em outras palavras, o que ele pescar, certamente o colombiano irá comprar. Porém, nas suas condições.

¹ Acordo comercial entre empresas para controle de preços e produção, inibindo a livre concorrência.

A exploração é tanta e o descaso com a classe é tamanho que peço licença para manifestar minha revolta com as Autoridades, Órgãos competentes e Agentes Públicos que deveriam está olhando para a situação e regulamentando esta prática comercial na região, oportunizando melhores condições de trabalho, lucratividade, renda, emprego e dignidade ao pescador.

Outra constatação interessante que podemos observar, analisando ainda a primeira resposta do entrevistado, é a presença de moeda estrangeira na negociação. Vejam que ele destaca “*você não, não vai dizer vou vender meu peixe a tantos reais o quilo ou quantos mil pesos*”, esta é outra realidade que precisa ser considerada.

A moeda colombiana se chama ‘Peso’ e há muitos anos é mais valorizada do que a moeda brasileira, o Real (A desastrosa política econômica internacional do Governo Federal explica isso), ademais existe um “câmbio negro” na região que é regulado pelo comércio do peixe. Tentando explicar de forma prática e segundo relatos, temos: a valorização do real em Letícia ocorre quando precisam comprar peixe de origem brasileira, o *Peso* é desvalorizado em relação ao *Real*, entra mais *Real* na cidade colombiana e os comerciantes arrecadam Real para comprar o peixe. O inverso também acontece, ou seja, a desvalorização. Essa prática é diária e atinge todas as áreas econômicas da cidade de Letícia-COL, sem exceções.

Portanto, o peixe e o pescador de origem brasileira exercem considerável influência econômica na região devido ao seu volume de negócios e logística de mercado implantada, ainda assim não possuem poder de negociação algum, submetendo-se aos valores e classificações impostas pelos colombianos que comercializam o peixe.

Mais uma vez a presença de profissionais com conhecimentos administrativos de Comércio Exterior e de utilização da legislação da ALCT contribuiria para a organização deste mercado, equiparando as negociações em condições justas para ambos os lados.

Passando a analisar a segunda parte da resposta do pescador entrevistado, onde faz exclamações quanto existir pouca oferta de peixe no mercado nacional, justificado pelo empenho dos pescadores em abastecer o mercado colombiano, acarretando elevação do preço do peixe em Tabatinga, entendemos que o consumidor final brasileiro está sendo limitado quanto à diversidade de peixes ofertados e pouco quantitativo das espécies comercializadas, pagando um alto preço pelo produto.

Ainda nesta análise e atentando para a fala do pescador “*Primeiro, a gente não tem onde estocar esse produto. Na época que a gente pode adquirir ele com mais facilidade, nós não temos aonde estocar, beneficiar ele e estocar para ser vendido para o próprio consumidor em outros momentos*”, é conclusivo entender que a falta de infraestrutura, ou seja, de armazenamento apropriado para estocarem o produto, limita o pescador aumentar seu volume de pesca e consequentemente de oferta, estamos falando do lado brasileiro, fato que não acontece no lado colombiano. Talvez isto explique a tendência ‘internacional’ de comercialização. Lembrando que se tivéssemos infraestrutura do lado brasileiro, ainda assim não haveria disputa comercial entre as duas nacionalidades, uma vez que do lado brasileiro a procura são pelos peixes com escama, já no lado colombiano são peixes lisos, como visto anteriormente em abordagem oportuna.

Vejam o que diz a legislação que trata da ALCT quando, em seu Capítulo II – Do Regime Fiscal, explicita em seu Art. 4 C/C com o Art. 3, inciso V que:

Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na Área de Livre Comércio de Tabatinga, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados à estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do Território Nacional (grifo nosso) (BRASIL, 1989).

Surpreendente é verificar que a justificativa do pescador, de que não tem como estocar produtos para a comercialização futura, por não encontrar ou possuir condições necessárias para tal é uma previsão legal explícita em Lei, o que, se utilizada fosse contribuiria para sanar tal deficiência. Vale ressaltar que existem outras previsões e incentivos legais que contribuiriam para a realização desta sugestão aqui apontada. Verdade é que a existência de profissionais com conhecimentos da ALCT, juntamente com a vontade dos Agentes Públicos e Órgãos competentes possibilitariam a realização do empreendimento.

Concluimos de vez, após todas essas discussões e análises, que estamos diante de dois fatores distintos, porém com relação de dependência impressionante, analogicamente estamos falando de motivação e finalidade. Explicaremos melhor:

Sem considerar a análise estatística de aprendizado, que por si só demonstrou ter havido absorção de conhecimento e melhora de desempenho satisfatório, quando nos referimos à motivação e finalidade, estamos na verdade buscando representar o diagnóstico de que o mercado, e especificamente o de peixe da região do Alto Solimões, necessita de profissionais com conhecimento de causa para desenvolver a ALCT atingir sua finalidade, ou seja, desenvolver o extremo oeste do Estado do Amazonas, porém de outro lado não existe a preparação deste profissional no IFAM *Campus* Tabatinga. Então temos a motivação e a finalidade.

Vamos analisar o cenário: Temos um mercado em potencial, que é a cadeia de pescado do Alto Solimões negociando toneladas (t) de pescado com os colombianos, pescados todos oriundos dos rios amazonenses, sem nenhum tipo de fiscalização, interferência ou regulamentação do Estado. Temos uma legislação e uma Área de Livre Comércio em Tabatinga-AM com previsões de incentivos para esta prática, porém sem representatividade alguma, como vimos. Mostramos, partindo da visão educacional, que o tema ALCT pode ser trabalhado no *Campus* Tabatinga do IFAM, e que os alunos entendem e concordam com a importância de terem esses conhecimentos para contribuir com o desenvolvimento da região que amam e vivem.

O que fazer? Parece óbvio não?

Precisamos mudar essa realidade a partir da Educação. Esta é a resposta! Precisamos prever o estudo da ALCT no Instituto Federal do Amazonas – *Campus* Tabatinga, preparar esse futuro profissional com conhecimentos que os farão desenvolver a região a partir da utilização da legislação para esse fim e aplicar na prática dos mercados em potencial da região, nesse caso estamos falando da cadeia do pescado, mas existem outros que podem ser beneficiados. Desta forma acreditamos atingir a finalidade da ALCT prevista desde sua implantação lá em 1989, “DESENVOLVER O EXTREMO OESTE DO ESTADO DO AMAZONAS” [*grifo do autor*].

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos a legislação que criou a Área de Livre Comércio de Tabatinga (Lei 7.965/89), no extremo oeste do Estado do Amazonas, tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru nos deparamos com a previsão legal de incentivos fiscais e outros correlatos que, se utilizados e explorados por profissionais capacitados e com conhecimentos de causa, atingirão a finalidade que o legislador explicita no Ato da criação da Área, promover o desenvolvimento da região. Infelizmente, este tipo de profissional é escasso e não é encontrado na região.

Delimitamos o tema a partir de uma abordagem da faixa de fronteira mostrando a importância estratégica existente na localização do município de Tabatinga para a região e o país, características demonstraram o quanto precisa ser feito pela região e encontramos, em uma potencialidade local, um norte para demonstrar essa possibilidade de mudança atentando para a finalidade prevista em legislação. Entretanto esta delimitação é posta pelas limitações de tempo e finalidade existentes no atual modelo de pesquisa, fato que não anula outras diversas potencialidades existentes na região e que podem vir a ser objeto de estudo.

A potencialidade ao qual nos referimos é a comercialização do peixe na região do Alto Solimões que apresenta uma prática consolidada pelo tempo, mercado bem definido quanto à pesca extrativista, armazenamento, transporte e venda ao consumidor final. É uma cadeia robusta e muito bem estruturada que atinge mercados internacionais. Contudo presenciamos que esta robustez não beneficia como deveria, e previsto na legislação, os pescadores e fronteiriços do lado brasileiro.

A educação apresenta-se como excelente oportunidade para desenvolver cidadãos e futuros profissionais com qualificação direcionada para a promoção do desenvolvimento da mesorregião do Alto Solimões. Nossos resultados comprovaram a importância, pela visão dos alunos, de obterem tal qualificação e enxergam o Instituto Federal de Educação – IFAM *Campus* Tabatinga, como a possibilidade de oferta deste conhecimento direcionado para a Área de Livre Comércio.

Acreditamos está diante de uma união de esforços que, se bem trabalhada e explorada a potencialidade local, a previsão legal existente e a prática educacional direcionada para esta finalidade, somado é claro ao todo necessário para o desenvolvimento de um profissional técnico da área, mudará a realidade existente no extremo oeste do estado do Amazonas e atingirá, com certeza, a finalidade do modelo de desenvolvimento prevista a mais de 27 anos para aquela região.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Michelle de Oliveira. **Desenvolvimento regional sustentável: impacto da exportação de madeira em Roraima**. Dissertação de Mestrado. Boa Vista: 2013.

BRASIL. Decreto lei nº 288 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei nº 7.965 de 22 de dezembro de 1989. Cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 22 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei nº 6.634 de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília: 1979.

BRASIL. Decreto Nº 85.064, de 26 de agosto 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília: 1980.

BRASIL. Lei Nº 5.172, de 25 de agosto 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília: 1966.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Programas Regionais; Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Restruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. Faixa de Fronteira. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.

_____. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010.

BYKOWSKI, P.; DUTKIEWICZ, D. Freshwater fish processing and equipment in small plants. **FAO Fisheries Circular**, Rome, n.905, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CÓRDOBA, Edwin Agudelo. *Bases científicas para contribuir a la gestión de la pesquería comercial de bagres (familia pimelodidae) em la amazonia colombiana y sus zonas de frontera*. Tese de Doutorado. Barcelona - Espanha: 2015.

DA COSTA, Tiago Viana et al. Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. **Bol. Inst. Pesca, São Paulo**, v. 39, n. 1, p. 63-75, 2013.

EUZÉBIO, Emerson Flávio. Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). **Acta Geográfica**, v. 8, n. 18, p. 1-19, 2015.

FREUD, Sigmund. Uma neurose demoníaca do século XVII. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 19, p. 85-152, 1923.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o Trabalho científico**. 14 ed. São Paulo: Editora, 2006.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini; BORUCHOVITCH, Evely. O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da teoria da autodeterminação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 2, p. 143-150, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#geociencias>. Acesso em: jan. 2015.

INCODER. *Instituto Colombiano de Desarrollo Rural. Pesca y Acuicultura Colombia. Coperación Colombia Internacional*. Bogotá, Colombia. 138p.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina A., "Metodologia Científica", Editora Atlas S.A., São Paulo SP. 1991, p.47

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Artmed; UFMG, 1999.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of psychology**, 1932.

MANAUS, Superintendência da Zona Franca. **Modelo Zona Franca: história**. Manaus. Disponível em: <<http://www.suframa.com.br/modelodezonafranca/historia>> Acesso em 04 abr. 2014.

MARCONI, Marina. de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas**, 1999.

MARINHO, Jânio Constantino. Percepção de educadores de escolas públicas estaduais do município de Campina Grande-PB sobre a importância das aulas de campo. 2013.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril cultural, 1982. (Os Economistas).

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MONTEIRO, A. C. de Azevedo. **Zona Franca de Manaus: localização, especialização produtiva e seus efeitos ambientais**. Manaus, Dissertação de Mestrado, PPDR/UFAM, 2009.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, n. 2, p. 27-35, 1995.

NAKAUTH, Ana Carolina Souza Sampaio; NAKAUTH, Rogério Ferreira; NÓVOA, Neyla Aurora Castelo Branco. CARACTERIZAÇÃO DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM. **REVISTA IGAPÓ-Revista de Educação Ciência e Tecnologia do IFAM**, v. 9, n. 2, p. 54-64, 2015.

OGAWA, O. Embutidos de peixe. In: OGAWA, M.; NUNES, E. L. **Manual de pesca: ciência e tecnologia**. São Paulo: Livraria Varela, 1999.

O IDHM. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 01 de mar. 2016

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. **Campinas-SP: 10ª ed. Papirus**, 2004.

PAVIANI, Neires M. S.; FONTANA, Niura M. **Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência**. *Conjectura*, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009.

PELLEGRINI, Denise. Avaliar para ensinar melhor. **Revista Nova Escola**, n. 159, p. 26-33, 2003.

SANTOS, José Rui; GASPAR, Maria Ivone. TIC nas escolas portuguesas: contributos das lideranças. **Revista EDaPECI**, v. 14, n. 1, p. 36-54, 2014.

SEPLAN. Condensado de Informações Municipais do Estado do Amazonas. Amazonas 11ª ed. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, 2013.

SINCHI. *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas. Base de datos del proyecto “Investigación científica para la promoción de la gestión compartida de los ecosistemas y recursos naturales de la Amazonia Colombiana”*. Leticia, 2010.

SOLDATELLI PAVIANI, Neires Maria. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 14, n. 2, 2010.

SOUZA. Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. (Versão preliminar). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

STEFANUTO, V. A. **Coleta e Sistematização de Dados**. Tutorial em forma de apresentação em Power Point. Aula mestrado em Educação Agrícola, IFAM - UFRRJ, 2015.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: Um Estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRRJ, 2002.

SUFRAMA. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Os incentivos fiscais do PIM e a Economia da Cultura**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/nnrdesign/economia-da-cultura-suframa>> Acesso em: 29 de mar. 2016.

_____. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Potencialidades Regionais: Estudo de Viabilidade Econômica – Piscicultura – Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003.**

_____. Superintendência da Zona Franca de Manaus; Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais – COGEC. **Marco Regulatório dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Área de Livre Comércio.** 3 ed. SUFRAMA, Manaus, 2013.

TANCREDI, R. C. P. **Pescados na alimentação: aspectos nutricionais, tecnológicos e sanitários.** SMSDC-RJ, 2002.

TIBA, Içami. **Pais e Educadores de Alta Performance / Içami Tiba.** -- São Paulo: Integrare Editora, 2011.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

VIEIRA, K. Mendes; DALMORO, M. **Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?** RGO Revista Gestão Organizacional, vol. 6 – ed. especial, 2013.

VILELA, G. B. **A Pesquisa Qualitativa.** Metodologia da Pesquisa Científica, 2011.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. **Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar.** **Ciência em tela**, v. 2, n. 1, p. 163-190, 2009.

VOLQUIND, Léa. **Oficinas de ensino: o quê? por quê? como?.** EDIPUCRS, 2000.

WATSON, John Broadus. **Behaviorism** (rev. 1930).

WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** **São Paulo: Ática**, v. 2, 2002.

7 ANEXO

Anexo I: Termo De Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Eltton Ricardo de Lima Carneiro, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, convido o menor _____, sob sua responsabilidade, para participar como voluntário de um estudo que tem como objetivo abordar a Área de Livre Comércio existente no município de Tabatinga - AM.

O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é a abordagem das potencialidades da Área de Livre Comércio de Tabatinga e utilizar como recurso pedagógico no processo de aprendizagem de alunos de curso técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Para esta pesquisa realizaremos a Oficina pedagógica denominada “Potencialidade da Área de Livre Comércio de Tabatinga na Cadeia Produtiva do Pescado do Alto Solimões.” A oficina será realizada com 10 alunos do IFAM - *Campus* Tabatinga do Curso Técnico Integrado em Administração, no período de 25 a 30 de abril de 2016, no horário de 15h as 18h, no *Campus* Tabatinga do IFAM, localizado na Av. Santos Dumont s/n - Bairro Vila Verde, Tabatinga/AM.

Para participar desta pesquisa, o menor sob sua responsabilidade será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você, como responsável pelo menor, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento.

A participação dele é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador que irá tratar a identidade do menor com padrões profissionais de sigilo. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Eu, _____,

Portador do documento de Identidade _____, responsável pelo menor fui informado dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão do menor sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Tabatinga/AM, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

Anexo II: Termo De Assentimento

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Eltton Ricardo de Lima Carneiro, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, convido-o para participar como voluntário de um estudo que tem como objetivo abordar a Área de Livre Comércio existente no município de Tabatinga - AM.

O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é a verificação das potencialidades da Área de Livre Comércio de Tabatinga e utilizar como recurso pedagógico no processo de aprendizagem de alunos de curso técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Para esta pesquisa realizaremos a Oficina pedagógica denominada “Potencialidade da Área de Livre Comércio de Tabatinga na Cadeia Produtiva do Pescado do Alto Solimões.” A oficina será realizada com 10 alunos do IFAM - *Campus* Tabatinga do Curso Técnico Integrado em Administração, no período de 25 a 30 de abril de 2016, no horário de 15h as 18h, no *Campus* Tabatinga do IFAM, localizado na Av. Santos Dumont s/n - Bairro Vila Verde, Tabatinga/AM.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O pesquisador tratará sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____, fui informado dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Tabatinga/AM, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do menor

Assinatura do pesquisador

Anexo III: Questionário

Este questionário fará parte do trabalho de pesquisa em desenvolvimento, intitulado “**Abordagem da Finalidade da Área de Livre Comércio do Município de Tabatinga com enfoque na cadeia produtiva do pescado**”.

Suas respostas são muito importantes e os dados serão usados com a finalidade de identificar a percepção dos estudantes em relação ao conhecimento da Área de Livre Comércio do Município de Tabatinga. Desde já agradecemos sua colaboração.

Por favor, marque com apenas um X entre os parênteses abaixo de cada frase informando o quanto você concorda ou discorda das afirmativas.

Nome _____

Idade _____ Turma _____

Sexo _____ Modalidade _____

1. O município de Tabatinga/AM está localizado na Faixa de Fronteira brasileira, no Arco Norte e na Sub-Região IV do Alto Solimões.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

2. Existe no Município de Tabatinga/AM uma Área de Livre Comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

3. A Área de Livre Comércio de Tabatinga foi estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo Oeste do Estado do Amazonas.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

4. A área de livre comércio de Tabatinga (ALCT) é uma área contínua com superfície de 20 km² à margem esquerda do Rio Solimões, incluindo a faixa de superfície de rios e adjacentes nas proximidades de seus portos, envolvendo o perímetro urbano da cidade de Tabatinga.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

5. A entrada de produtos estrangeiros na ALCT acontece com a suspensão dos impostos de importação (II) e sobre produtos industrializados (IPI).

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

6. Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na Área de Livre Comércio de Tabatinga, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando destinados ao seu consumo interno.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

7. A Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT atingiu sua finalidade, ou seja, promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste do Estado do Amazonas.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

8. Estão excluídos, ou seja, não recebem os benefícios fiscais de que tratam a Área de Livre Comércio de Tabatinga, as armas e munições, os veículos de passageiros e bebidas alcoólicas.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

9. A Área de Livre Comércio de Tabatinga - ALCT está sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

10. Compete à Secretaria da Receita Federal a vigilância das áreas limites das ALCT e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência da Polícia Federal.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

11. Contrabando é a prática da importação ou exportação clandestina de mercadorias e bens de consumo que dependem de registro, análise ou autorização de órgão público competente.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

12. Descaminho é a prática de Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014).

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concordo	Concordo em Parte	Não Concordo/ Nem discordo	Discordo em parte	Discordo

Anexo IV: Questionário De Autoavaliação

Questionário de Auto avaliação

1. Qual a relevância do conteúdo abordado na oficina pedagógica **Potencialidade da Área de Livre Comércio de Tabatinga na Cadeia Produtiva do Pescado do Alto Solimões** para o curso Técnico em administração do *Campus* Tabatinga?
2. Faça uma auto avaliação da oficina e de todas as experiências que puderam vivenciar?